



# Anais da Assembleia

Nº 019

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

## 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 14.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, João Preis, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, João Tavares, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, João Iensen, José Afonso Júnior, José Artur Ricci, Nilton César Servo, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Edson Silva Lino, Hermas Brandão, Luiz Antonio Setti e Rafael Greca (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Ofício nº 021/91-imc, subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando licença do exercício do mandato, por tempo indeterminado, a partir do dia 14 de março, haja vista que assumirá o cargo de Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná.

Informa outrossim que faz opção pela remuneração do mandato, na forma permitida pelo parágrafo terceiro do artigo 60 da Constituição do Estado do Paraná. Aprova-

do.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Nós não só aprovamos como enaltecemos a escolha feita ao Deputado Caíto Quintana pelas suas qualidades, pela maneira como ele tem se conduzido e se conduziu nesta Assembleia, durante os quatro anos em que nós convivemos e eu acho que o Governador Roberto Requião, acima de tudo, passa a valorizar também a Assembleia Legislativa, escolhendo o Deputado Caíto Quintana para assumir o cargo tão importante do seu secretariado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 370-B, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando licença do exercício do mandato, por tempo indeterminado, a partir do dia 14 de março, tendo em vista sua disposição para o cargo de Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, do Paraná.

Aprovado.

Convoco o 1º Suplente, João Preis, para prestar o compromisso legal de posse.

Designo os Deputados Algaci Túlio, Carlos Simões e Heinz Herwig para, em Comissão, introduzirem Sua Excelência.

Convido o Suplente de Deputado João Preis à prestar o compromisso legal.

O SR. JOAO PREIS - Compromisso legal:

Prometo guardar a Constituição Federal e Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declaro empossado no cargo de Deputado Estadual, Sua Excelência o Senhor Deputado João Preis, que passa a integrar a bancada do PMDB.

Convido-o a tomar assento junto a sua bancada no plenário, para o prosseguimento dos trabalhos da presente sessão.

Ofício:

OFÍCIO Nº 021/91-imc

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, respeitosamente, a Vossa Excelência, cumpridas as formalidades legais, licença do exercício do mandato, por tempo indeterminado, a partir do próximo dia 14 de março, haja vista que assumirá o cargo de Secre-

**Secretário** Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná.

Informa, outrossim, que faz a opção pela remuneração do mandato, na forma permitida pelo § 3º do artigo 60, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 370-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, respeitosamente, a Vossa Excelência, cumpridas as formalidades legais, licença do exercício do mandato, por tempo indeterminado, a partir do próximo dia 14 de março, tendo em vista sua designação para o cargo de Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, do Paraná.

Informa, outrossim, que faz a opção pela remuneração do mandato, na forma permitida pelo § 3º do artigo 60, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

##### REQUERIMENTO N° 395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

##### REQUERIMENTO N° 396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inclusão imediata na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n° 16/91, que declara de "Utilidade Pública" o INSTITUTO MONTE SINAI DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na cidade de Goioerê, visto estar o referido projeto em regime de urgência desde 25 de fevereiro de 1991.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) JOÃO IENSEN

##### REQUERIMENTO N° 400

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, de votos de congratula-

ções ao SINDICATO DAS EMPRESAS DE TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ, pela eleição e posse da sua Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

No dia seis de março próximo passado, tomou posse, nesta Capital, a nova Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ, da qual constam nomes de grande notoriedade na promoção turística do nosso Estado.

São eles:

SIDNEY CATENACI - Presidente,  
SAMIR KARAM - vice-Presidente,  
ARMANDO DE SOUZA COUTO - 1º Sec.,  
MARIA HELENA CANET - 2º Sec.,  
JOSÉ C. SOARES DA CRUZ - 1º Tes.,  
M<sup>a</sup> CRISTINA F.D. DE AZEVEDO - 2º Tes.

Suplentes: Antônio Carlos P. Braga, Celso de Souza Caron, João R. Lupion Mello, Mauro E. Lopes, Carlos Cruz, Osvaldo Nascimento Jr.

Conselho Fiscal: (Efetivos): Carlos Schaedler, Arlindo Gulin, Altamir Franceschi. (Suplentes): Paulo Roberto T. de Castro, Rui Antônio Scarante, Ariel J. Strapasson.

Delegados Representantes: (Efetivos): Sidney Catenaci e Armando de Souza Couto. (Suplentes): Samir Karam e Maria Helena Canet.

Através do conhecimento destes nomes, podemos desde já confiar numa gestão profícua e empreendedora, frente àquela conceituada entidade.

Que do presente seja dada ciência aos homenageados, como manifestação de cumprimentos do Poder Legislativo do Paraná.

##### REQUERIMENTO N° 401

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de votos de congratulações ao Engenheiro JOHN GERARD BLAHNIK.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Engenheiro e administrador de empresas, JOHN GERARD BLAHNIK, acaba de assumir a diretoria executiva de finanças da General Motors do Brasil. Formando em engenharia ambiental e matemática financeira pela Universidade de Wisconsin, com pós-graduação em administração de empresas pela Universidade de Chicago, o novo diretor executivo de Finanças da GMB tem 36 anos, nasceu em Green Bay, estado de Wisconsin,

Curitiba, quinta, em 14.03.91

nos Estados Unidos, e ingressou na GM Corporation em 1978, como analista financeiro, trabalhando inicialmente no escritório central da empresa, em Detroit.

Com uma bem sucedida carreira profissional, desenvolvida dentro da área de finanças da GMC, JOHN GERARD BLAHNIK foi transferido para a GMB em 1984, assumindo o posto de tesoureiro. Daí em diante, galgou cargos e funções até a assunção das elevadas funções de diretor executivo financeiro da GMB, onde terá sob sua responsabilidade as atividades financeiras da empresa e demais divisões da GM em toda a América Latina.

Que do presente seja dada ciência ao homenageado.

#### REQUERIMENTO N° 402

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, de votos de congratulações à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ASSOMEC, pela eleição e posse da sua nova diretoria executiva.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 15 de fevereiro próximo passado, durante a 1ª Assembléia Geral Ordinária da ASSOMEC, foi eleita, por aclamação, a nova diretoria executiva da entidade, Conselho Fiscal e representantes.

A ASSOMEC, que tem uma vasta folha de serviços prestados à Região Metropolitana de Curitiba, tem os seguintes diretores:

Presidente: FRANCISCO RUALDO CLAUDINO (Mandirituba)

Vice-Pres.: JOÃO CARLOS CREPLIVE (Quatro Barras)

Secretário: AFFONSO PORTUGAL GUIMARÃES (Campo Largo)

Tesoureiro: ALBANOR J. FERREIRA GOMES (Araucária)

Conselho

Fiscal : OSMAR MAIA (Adrianópolis)  
ROBERTO LUIZ PERUSSI (Alm. Tamandaré)

VITÓRIO SEGURO (Balsa Nova)

ADJAIR BESTEL (Cerro Azul)

JAIME LERNER (Curitiba)

SEBASTIAO CAVAGNOLLI (Morretes)

LUIS CASSIANO DE C. FERNANDES (Piraquara)

MIGUEL ABRAN ELIAS (Rio Branco do Sul)

MOACIR PIOVESAN (S. José dos Pinhais)

PEDRO BOÇOEN (Contenda).

Representantes dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba junto:

- Ao Conselho Deliberativo da COMEC: ELERIAN ZANETTI (Campina Grande do Sul).

- À Associação dos Municípios do Paraná: ACRIDES LAZAROTTO SANTOS (Bocaiúva do Sul) e JOAO DAL PRÁ (Colombo).

Que o presente requerimento enseje não apenas os cumprimentos do Poder Legislativo aos diretores escolhidos para o biênio 1991/1992, mas, principalmente, nossos votos de uma gestão verdadeiramente profícua e empreendedora.

#### REQUERIMENTO N° 385

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de promover um melhor funcionamento da Escola Estadual Gabriela Mistral, situada na Vila Isabel, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Temos recebido muitas reclamações de pais, alunos e professores da referida escola, dando conta de que a mesma está em más condições de funcionamento. Dizem que muitas salas de aula estão com goteiras, o pátio está cheio de mato e os banheiros são mal conservados. Reclamam ainda, da falta de professores na escola, deixando os alunos sem aulas. Este fato é preocupante, uma vez que está prejudicando os alunos na sua formação educacional.

#### REQUERIMENTO N° 386

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de solicitar esclarecimentos do porquê da Escola Estadual Narcizo Mendes, no Jardim Ipê, município de São José dos Pinhais, ainda não ter iniciado o período letivo deste ano.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Muitos pais de alunos têm nos procurado, queixando-se de que nas demais escolas as aulas já começaram, ficando esta sem aulas. Os pais se mostram preocupados com este fato, pois temem que seus filhos tenham dificuldades nos estudos, quando as aulas iniciarem. Pedem que seja dada uma solução o mais breve possível, como forma de não prejudicar os alunos, quanto a educação no futuro.

#### REQUERIMENTO N° 387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de que, em caráter de urgência, promova um melhor policiamento nas proximidades do Colégio Cristo Rei, situado na Avenida Souza Naves, no Bairro Cristo Rei, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**JUSTIFICATIVA:**

Pais, alunos e professores deste Colégio estão muito inseguros, pois a situação no local é de intranqüilidade total. Muitos marginais, desocupados e traficantes de drogas estão agindo à vontade, sem que haja uma repressão por parte de Polícia. Muitos alunos estão sendo atacados, especialmente à noite, quando saem do Colégio em direção de suas casas. Existe a preocupação também, com os traficantes de drogas, que rondam o estabelecimento escolar com a finalidade de aliciar os alunos na prática do consumo de entorpecentes.

**REQUERIMENTO N° 390**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, objetivando a criação e instalação de um Centro Tecnológico na municipalidade de IRATI.

Polarizando a promissora Região Centro Sul, Irati tem, cada vez mais, ampliado a sua parcela no processo desenvolvimentista do Estado do Paraná, notadamente com a produção de feijão, milho, batata, soja e arroz, bem como um vasto setor madeireiro. Com tais características e em condições extremamente favoráveis para atingir níveis de progresso ainda mais elevados, o município necessita da implantação de uma infra-estrutura compatível com o seu inegável potencial.

Neste sentido, dentre uma série de outras preocupações, o setor educacional deve merecer mais do que nunca a especial atenção. Vindo ao encontro das aspirações daquela comunidade, é fundamental dotá-la de uma estrutura de ensino profissionalizante, no sentido de assegurar a capacitação profissional de centena de jovens, muitos dos quais ficam impedidos de realizarem seus estudos pela absoluta falta de oportunidade.

Ademais, cabe ressaltar a clara disposição do Poder Público Municipal que, por intermédio do Senhor ALFREDO VAN DERNEUT, se colocará inteiramente ao lado para viabilizar o projeto, cedendo área apropriada e auxiliando na medida do possível nas

suas instalações.

Pelos motivos expostos, espera deste Ministério toda a atenção para com o assunto em tela, e que o exame permita o quanto antes a existência de uma escola profissionalizante, cujos incontáveis benefícios fortalecerão sobrejamente a economia regional, sobretudo qualificando mão-de-obra à altura das exigências de modernidade.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 391**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, no sentido de solicitar providências para implantação de sub-delegacia, na localidade de SEGredo, município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) CEZAR SILVESTRE

**JUSTIFICATIVA:**

De conformidade com o requerimento oriundo do Poder Legislativo de GUARAPUAVA, de autoria do nobre Vereador Senhor MANOEL ANDRADE BARROSO, trata-se de uma antiga reivindicação da referida localidade, considerando que SEGredo teve um grande aumento populacional em virtude da construção da barragem da Usina de Segredo, desprovido de uma estrutura policial capaz de agir preventivamente, e reprimindo os atos contrários à lei.

Pelos motivos expostos, e em respeito àquela laboriosa e ordeira comunidade que clama por segurança, esperamos que a aludida solicitação mereça o imediato encaminhamento.

**REQUERIMENTO N° 392**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de solicitar providências para implantação de vôos noturnos para o Aeroporto de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) CEZAR SILVESTRE

**JUSTIFICATIVA:**

Solicitando a colocação de farol rotativo e rádio ADF, equipamentos necessários para o funcionamento de vôos noturnos, para o Aeroporto de Guarapuava.

O município de Guarapuava conta com um bom aeroporto, que está estruturado e conta inclusive com balizamento para vôos noturnos.

Contudo, dado o crescimento e o desenvolvimento da nossa região, torna-se impe-

rativo a sua melhoria, modernizando-o e equipando-o.

Outrossim, requer que seja encaminhado expediente ao Departamento de Aviação Civil pleiteando a homologação do já referido aeroporto para vôos noturnos.

#### REQUERIMENTO N° 403

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando a instalação de dois postes com refletores para iluminação da parte frontal da Escola Estadual Dezenove de Dezembro, situada à Rua Desembargador Motta, s/n, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.03.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A falta de iluminação em frente à Escola Estadual Dezenove de Dezembro, tem criado o cenário ideal para a ocorrência de constantes assaltos aos estudantes, professores, funcionários e, simples transeuntes, durante o entardecer e à noite, horários de entrada e saída de alunos naquele estabelecimento.

Estes fatos podem ser confirmados junto à direção da Escola, grande preocupada com os acontecimentos e o clima de insegurança criado nestes últimos meses pela ação de assaltantes e trombadinhas.

Confiamos, portanto, nas competentes ações da COPEL para verificação das condições e realização do solicitado, dentro da brevidade que o próprio caso requer.

Que do presente se dê ciência à direção da Escola supramencionada.

#### REQUERIMENTO N° 405

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando atendimento à reivindicação anexa da FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO BRASIL - Região do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O movimento bandeirante é uma instituição filantrópica, voltada à educação de jovens de 07 a 18 anos, através dos princípios da vida em equipe e contato com a natureza, delegados pelo fundador Baden-Powell, sob a figura de sua esposa, Lady Olave Baden-Powell.

Atualmente encontram-se em dificuldades para manutenção de suas obras sociais, razão pela qual recorreremos à assistência

do Estado; a fim de que a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, impeça que aquela conceituada instituição feche suas portas e deixe de atender a tantos jovens e crianças do nosso Paraná.

Que do presente se dê ciência à Coordenação Distrital da Federação das Bandeirantes do Brasil - Região Paraná.

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 23/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de ÁGUA BOA, com território desmembrado do município de PAIÇANDU.

#### Descrição:

Do ponto inicial, Foz do Ribeirão Chapecó, sobe pelo Ribeirão Chapecó (divisa intermunicipal com Ourizona) até encontrar a linha de divisa intermunicipal com Paicandu; segue por esta divisa intermunicipal em linha reta e seca sentido Norte-Sul, cortando o lote 14 e passando pela divisa dos lotes 176, 83, 131 (inclusive) e 82, 130 (exclusive), até o Córrego do Fugitivo; desce por este até o Córrego Babaçu; Córrego Babaçu até a divisa dos lotes 433, 426, 31 (inclusive) e 444, 434, 427 e 30 (exclusive); pela divisa dos lotes retro citados sentido Norte-Sul até a nascente do Córrego Calixto; Córrego Calixto até sua foz no Ribeirão Paicandu (divisa intermunicipal com Ivatuba); deste ponto por linha reta e seca, sentido Leste-Oeste (divisa intermunicipal com Doutor Camargo), cortando os lotes 48, 92, 100, 111, até a Estrada Graças a Deus; deste ponto, por linha reta e seca, sentido Leste-Oeste, passando pela divisa do lote 257 (inclusive) até a nascente da Água do Corrote; Água do Corrote até sua foz no Ribeirão Bandeirantes do Sul; desce este até a foz do Ribeirão Chapecó, ponto inicial e final.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) NILTON CÉZAR SERVO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Água Boa foi criado pela Lei n° 9.406, de 05 de outubro de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 15 de outubro de 1990.

Todos os procedimentos legais foram tomados para a criação do referido município, dentro das normas legais.

Advindo a Lei Complementar n° 56, que

dispôs sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual vigente, o novo município de Água Boa preenche os requisitos dispostos nos incisos I, II e III, do artigo 2º desta Lei.

Este projeto de resolução tem por finalidade sanar a exigência legal com relação ao plebiscito, indispensável para a criação e qualquer município.

Como a Lei nº 9.406/90 foi anterior à Lei Complementar nº 56/91, justifica-se a necessidade de aprovação do presente projeto de resolução.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 65/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o dia 02 de julho como o dia estadual comemorativo da categoria dos vigilantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

A categoria dos vigilantes, em nosso Estado, congrega atualmente mais de 25 mil sindicalizados, treinados e formados pela Escola de Polícia do Estado e por Academias coordenadas por pessoal da Polícia Federal.

A distinção e a bravura com que vêm se empenhando na atuação de seu trabalho nestes dias difíceis, é por si só, a melhor justificativa para que se institua, também no Paraná, um dia estadual comemorativo a essa destemida categoria.

##### PROJETO DE LEI Nº 66/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado competente, autorizado a promover, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da vigência desta lei, cadastramento de todos os deficientes físicos existentes no Estado, carentes de recursos e que necessitem de apoio governamental.

§ 1º - Este cadastramento será feito por área, registrando aqueles que necessitem de cadeira de rodas, óculos, aparelho ortopédico, prótese ocular, deficiência dentária e odontológica e aparelho auditivo.

§ 2º - Haverá ampla divulgação junto à

comunidade, sobre a realização deste cadastramento, orientando-se os interessados de como proceder a respeito.

Art. 2º - Concluindo o cadastramento, a Secretaria competente promoverá o atendimento, empregando todos os recursos orçamentários disponíveis.

Parágrafo Único - Os deficientes já cadastrados e interessados no atendimento, terão ampla e gratuita assistência dos serviços médicos do Estado, na apreciação clínica de sua deficiência e conseqüente indicação do atendimento adequado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Sabe-se, de forma não oficial, mas baseando-se em dados publicados pelo IBGE e demais órgãos do Governo Federal, de que cerca de 10% da população brasileira sofre de algum tipo de deficiência física. Não é demais imaginar que grande segmento localiza-se na faixa de baixo poder aquisitivo, nos setores de menor renda!

Logo, é preciso criarmos um instrumento capaz de agilizar, e principalmente, oferecer números confiáveis, para que se proceda o atendimento adequado e se faça dotações orçamentárias necessárias.

Por estas razões, estamos propondo este censo a nível estadual, para que possamos conhecer o universo de deficientes físicos e centralizar, de forma racional, o justo e merecido atendimento a todos eles!

##### PROJETO DE LEI Nº 67/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o prêmio "ESTADO DO PARANÁ" com o qual serão agraciados, anualmente, as personalidades que mais se destacaram nas artes, nas ciências, na medicina, no direito, nos desportos, na assistência social e enfim em todas as atividades sociais, culturais e profissionais, obedecendo-se o critério de apenas uma premiação por área, segmentada.

§ 1º - O prêmio "Estado do Paraná" será um diploma, constando o nome do homenageado, área em que se destacou, data, nome do proponente e assinaturas do Governador e Presidente da Assembléia.

§ 2º - Qualquer Deputado poderá fazer até duas indicações por ano, até o dia 30 de setembro.

§ 3º - O projeto de lei, contendo os nomes dos indicados, será apreciado nos



Curitiba, quinta, em 14.03.91

termos do que dispõe o artigo 62, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual, e artigo 28, inciso II do Regimento Interno.

Art. 2º - A entrega de todos os diplomas será na sede da Assembléia Legislativa, em Sessão Solene, a ser realizada sempre no dia 19 de Dezembro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**JUSTIFICATIVA:**

Entendemos que os cidadãos que se destacam, a cada ano, em sua área de atividade, devem merecer por parte do Poder Legislativo, o devido destaque. A criação deste prêmio "Estado do Paraná", é uma forma que imaginamos capaz de viabilizar esta pretensão. Estaremos estimulando cada vez mais que os bons profissionais, aquelas personalidades que se dedicam à comunidade, recebam o aplauso público, o reconhecimento popular, através dos representantes de seu povo!

PROJETO DE LEI Nº 68/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Assistência aos Moradores e Amigos dos Bairros de Curitiba", com sede e foro no município de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos propondo de Utilidade Pública esta entidade, diante dos inúmeros resultados de seu trabalho, em favor das famílias situadas na periferia de nossa Capital e que cada vez mais precisam de assistência.

A documentação anexa é prova deste trabalho e exibe de forma incontestável o bom trabalho da entidade.

PROJETO DE LEI Nº 69/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica assegurado a toda pessoa carente o direito de obter óculos de grau, cadeira de rodas, aparelho auditivo e prótese dentária total junto ao Poder Executivo Estadual.

Art. 2º - Ao Serviço de Loteria Estadual SERLOPAR, fica determinado que a cada concurso da Loteria Estadual, Lotopar, Raspinha ou qualquer outro que vier a ser autorizado pelo Estado ou instituído pelo Poder Executivo deduzidas as despesas de custeio, manutenção e administração remeta o lucro que se reveste de recursos destinados à assistência social, para a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, que usará referido recurso para atender despesas com o fornecimento de óculos de grau, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos e prótese dentária total, às pessoas comprovadamente carentes.

Art. 3º - O atendimento será realizado pela própria Fundação, e por seus Postos de Saúde instalados em todo o Estado.

Art. 4º - A Fundação fica autorizada a firmar convênios com o Sistema Penitenciário Estadual com a finalidade de ser usada a mão-de-obra dos reclusos, além de executar outras medidas como providenciar produção própria de armações padronizadas para óculos de grau e outros materiais necessários, podendo adquiri-los em concorrência pública quando não viável a fabricação própria, tudo para melhor desenvolver este projeto.

Sala das Sessões, em 14.03.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

**JUSTIFICATIVA:**

"É sabido da existência de famílias cuja renda não ultrapassa o salário mínimo, fazendo com que caso necessitem para si ou para um familiar, qualquer dos atendimentos enunciados neste projeto de lei, se obriguem a procurar um político para mendigar o que em nosso entendimento, é um direito seu, como cidadão de um Estado capaz de suprir esta necessidade do social mais carente.

Aliás, este atendimento já é feito, porém de forma que as verbas, os recursos se dispersem o que acaba por não atingir o objetivo. E esta afirmação é clara quando: 1) Vemos pessoas beijando a mão de políticos, até em canais de televisão, em agradecimento a um atendimento. 2) Vemos pessoas diariamente mendigando uma atenção de parlamentares mais conhecidos ou indicados por cabos eleitorais. 3) Não vemos um atendimento humanizado e democratizado efetivamente realizado pelo Estado, legítimo executor das ações e administrações sociais.

Por isso, o projeto visa acabar com qualquer pressão que possa o político exercer sobre os eleitores ou sobre os mais carentes, visa disciplinar o uso do recurso obtido com o Serlopar destinado a assistência social e finalmente, fazer com que o Estado do Paraná, diante do seu atual estágio de desenvolvimento, cada vez mais modernize seu estilo de administrar,

resgatando e garantindo a dignidade da pessoa, alvo primeiro de Governo voltado ao cumprimento das maiores premissas sociais.

PROJETO DE LEI N° 70/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação.

Art. 2° - Caberá à Associação de Pais e Mestres, de cada unidade de ensino, aferir a necessidade de substituição de livros didáticos, e encaminhar sugestão à Secretaria de Estado da Educação, a qual ouvirá o Conselho Estadual de Educação, que a apreciará.

Parágrafo Único - A decisão do Conselho Estadual de Educação, na aprovação dos livros didáticos utilizáveis nas escolas, é irrecorrível.

Art. 3° - Os livros didáticos não poderão ser substituídos nos 5 (cinco) anos seguintes a sua adoção.

Parágrafo Único - É vedada a utilização de livros didáticos descartáveis.

Art. 4° - A inobservância dos preceitos desta lei acarretará ao infrator penalidade administrativa, apuradas e aplicadas em processo regular.

Art. 5° - O Poder Executivo regulamentará, por decreto, a presente lei em até 60 (sessenta) dias da sua publicação.

Art. 6° - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 14.03.91

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

No início de cada ano letivo, pais e alunos experimentam uma verdadeira "ciranda" de livros didáticos, ocasião em que observam que os livros utilizados nos períodos anteriores, sem qualquer explicação ou justificativa, caem em desuso e são substituídos por outros - sempre mais caros - e de não comprovada melhor utilidade.

Essa prática, que por vezes esconde escusos interesses de exploração econômica, levam os pais de alunos a constrangedoras situações entre as quais, a impossibilidade de aquisição do novo material.

Muitas famílias, com mais de um filho em idade escolar, são obrigadas a desfazer-se de obras - descartáveis ou não - e adquirir outras, quando as anteriores poderiam servir, novamente, para o mesmo propósito.

Mais comum, ainda, tornou-se a adoção de livros chamados descartáveis, nos quais os alunos preenchem espaços em branco, com

respostas, que inviabilizam seu uso por mais de um período.

Sem dúvida, esse proceder configura uma volúpia de motivos inconfessáveis e possui o condão de, ainda, atrapalhar a eficiência do ensino ministrado, pela descontinuidade periódica.

Para sanar a irregularidade apontada, submeto à apreciação o presente projeto de lei que, pelo seu imediato alcance, deverá obter o apoio necessário.

PROJETO DE LEI N° 71/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Academia Universal "Arte e Profissão", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A proposta que ora se submete à consideração desse douto Plenário, configura-se o mais justo ato de reconhecimento público e de gratidão pelos relevantes serviços prestados pela Academia Universal "Arte e Profissão" à comunidade princesinha e, por extensão, ao Paraná nesses 34 anos de existência e de efetiva representatividade junto ao ensino de nosso Estado.

Seus feitos são o resultado do trabalho, do esforço e dedicação daqueles que, à testa de sua administração visam atingir seus objetivos, qual seja, o da difusão do ensino profissional e artístico; o da preparação para uma profissão imediata e utilitária com especialidade para o comércio e a indústria, enfim cooperar com a comunidade, no sentido de conscientizá-la para uma especialização profissional mais ampla, com objetivo de criar uma infinidade de iniciativas particulares, como em especial, a de gerar novos empregos, suprimindo as necessidades de pequenas, médias e grandes empresas com técnicos qualificados.

Considerada a significativa contribuição emprestada ao desenvolvimento do ensino no Paraná, nada mais justo que a Academia Universal "Arte e Profissão" venha a ser reconhecida de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 72/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Fundação Educacional Pestalozzi, com sede e foro no distrito de Guaragi, município de Ponta Grossa.



Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91

(a) DJALMA DA ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro na distrito de Guaragi, município de Ponta Grossa, está devidamente registrada no cartório competente desde 12 de setembro de 1967, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto, tem por objetivo a prática da solidariedade humana, como dever e reverência pela vida, propugnando, incansavelmente, pela formação moral, cívica, cultural e religiosa da família, especialmente da infância e juventude, sem distinção ou discriminação de espécie alguma.

PROJETO DE LEI Nº 73/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito, ao Senhor Pedro Muffato, desportista e empresário do município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Radicado no oeste do Estado, Pedro Muffato destacou-se pelos relevantes serviços em favor do Paraná. Um dos pioneiros na região, sempre procurou valorizar o Estado através de suas atividades, conforme demonstra claramente o currículo em anexo, que justifica de forma plena o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 74/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - A Secretaria de Segurança Pública publicará, quinzenalmente, no Diário Oficial do Estado, a lista de todos os veículos automotores furtados que forem apreendidos pela Polícia do Estado.

Art. 2º - Na publicação deverá constar as seguintes características do veículo apreendido:

- a) número do chassi;
- b) número da placa;
- c) cor;
- d) modelo;
- e) marca;
- f) ano de fabricação.

Art. 3º - Todas as Delegacias de Polícia do Estado deverão afixar a lista, pelo

prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do reconhecimento desta, em local de livre acesso ao público.

Parágrafo Único - A Secretaria de Segurança Pública encaminhará a lista a todas as Delegacias de Polícia do Estado, dentro do prazo de 07 (sete) dias, a contar da data da publicação desta.

Art. 4º - O proprietário do veículo apreendido ou localizado, ficará obrigado a ressarcir ao Estado, recolhendo em guia própria (GR), os valores correspondentes aos gastos decorrentes da publicação, mediante documento comprobatório expedido pela Imprensa Oficial do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O número de furtos de veículos automotores cresce a cada dia, tanto na zona urbana, como rural. Além de representar um patrimônio de valor elevado para o seu proprietário, o veículo automotor é, via de regra, indispensável ao trabalho.

Conseqüentemente, a perda deste bem, ocasionada por furto, constitui-se em prejuízo irreversível que se avoluma na medida em que transcorre o tempo, até sua recuperação possibilitada pela apreensão deste pela polícia.

Todavia, os veículos furtados, freqüentemente são recuperados em localidades distantes daquela onde registrou-se a ocorrência e, já havendo alteração de características, tais como, placa e documentos, que dificultam a localização da origem e do proprietário do veículo recuperado.

A publicação da lista dos veículos apreendidos, poderá ser realizada a partir do procedimento rotineiro em que se utilizam materiais e estruturas já disponíveis dentro da Secretaria de Segurança Pública, não incorrendo em despesa para o erário público. Antes, representará economia para este, ao tornar desnecessárias as buscas aleatórias de difícil resultado prático. Com esta medida, puramente administrativa, o Estado ganhará em eficiência ao poder contar com a contribuição dos maiores interessados na localização dos veículos furtados - seus proprietários.

Este procedimento não gera despesa para o Estado, porque o proprietário do veículo será obrigado a ressarcir-lo, através de recolhimento por guia própria.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 75/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Defesa dos Direitos Infante-Juvenis, sociedade civil, sem objetivos lucrativos, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Havendo sido fundado em 20 de agosto de 1987, o Conselho Comunitário de Defesa dos Direitos Infante-Juvenis, tem como principal objetivo a defesa dos direitos da criança e do adolescente, em todas as circunstâncias, inclusive a do menor carente em situação irregular, consoante dispõe o art. 2º, da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que instituiu o vigente código de menores.

Entidade comunitária, sociedade civil, sem objetivos lucrativos, tem sua sede e foro nesta cidade de Curitiba, à Rua XV de Novembro, 621, 8º andar.

Infeliz da Nação que não confia, incentiva e encaminha a sua juventude e as suas crianças, porque esmigalha o seu próprio futuro, comprometendo os sonhos de liberdade e crescimento, signos incontesteis da prodigiosidade e audácia do novo, aliados à sabedoria dos mais experientes.

O conflito entre o novo e o velho é a síntese da própria relação entre o passado e o futuro e ela só não é prejudicial à sociedade, quando ambas as partes sabem, racionalmente, reconhecer, respeitar e cooperar pelo crescimento da outra.

Nessa sistemática de raciocínio, nada mais justo e nobre, que o Estado reconhecer e incentivar as entidades que desenvolvem o importante papel de trabalhar com e pela juventude.

Oxalá represente nosso projeto pelo reconhecimento do Conselho Comunitário de Defesa dos Direitos Infante-Juvenis como de Utilidade Pública, nossos votos de agradecimentos e de incentivo pelo surgimento de outras associações congêneres.

É a justificativa.

#### PROJETO DE LEI Nº 76/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANAGUÁ, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANAGUÁ.

Fundado em 11 de novembro de 1988, tem por finalidade precípua a união dos trabalhadores municipais na base da luta em defesa dos seus direitos e interesses imediatos e futuros.

Desde a sua criação, não tem medido esforços na luta, intransigente, pelo alcance dessa finalidade, pugnando por condições justas para exercício do serviço municipal.

Efetivando uma garantia constitucional - livre associação dos trabalhadores - não há como o Poder Público deixar de apoiar tal entidade, como aspecto de incentivo à organização dos trabalhadores, na conquista dos seus direitos.

A seriedade, regularidade e legalidade do Sindicato estão atestados nos estatutos em anexo, cópia de ata, além de tradição de lutas, no foro parnanguara, em favor dos servidores municipais.

É a justificativa.

#### Projeto de Lei Complementar

#### PROJETO DE LEI Nº 77/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - As parcelas de recursos asseguradas, nos termos da Lei Federal, ao Estado do Paraná, como participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, no seu território, ou como compensação financeira por essa exploração, serão depositados diretamente no Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE, quando do seu recebimento pelo Estado.

§ 1º - Os recursos serão depositados pela Secretaria da Fazenda no FDE até 03 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento.

§ 2º - Os recursos previstos no "caput" deste artigo serão registrados em conta específica no Fundo de Desenvolvimento Econômico, devidamente auditada por auditores independentes e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º - O FDE, consoante determina o Art. 9º, da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, separará 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos recebidos e os recolherá aos municípios segundo os critérios constantes do art. 158, Parágrafo Único, da Constituição Federal e do parágrafo único do art. 132 da Constituição Estadual.

Art. 3º - A comissão prevista no parágrafo único do artigo 142 da Constituição Estadual, responsável pela política de aplicação dos recursos, será composta da seguinte forma:

I - 04 (quatro) Secretários de Estado, indicados pelo Governador do Estado, na condição de representantes do Poder Executivo;

II - 04 (quatro) Deputados Estaduais, indicados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na condição de representantes do Poder Legislativo;

III - 04 (quatro) membros indicados, respectivamente, pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pela Federação do Comércio do Estado do Paraná - FCEP, pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, e pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, todos na condição de representantes da classe empresarial; e,

IV - 04 (quatro) membros indicados, respectivamente, pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, pela Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná e pela Associação Estadual de Cooperação Agrícola, todos na condição de representantes da classe dos trabalhadores.

§ 1º - A presidência da Comissão Paritária será exercida rotativamente por integrante de cada um dos segmentos representados, a ser eleito pelos próprios componentes em cada reunião, cabendo-lhe o voto de qualidade e ficando sob a responsabilidade de um representante do Poder Executivo a presidência da primeira reunião.

§ 2º - A Comissão Paritária se reunirá trimestralmente, podendo estabelecer periodicidade maior a critério de seus membros ou da Secretaria Executiva.

§ 3º - A convocação das reuniões regulares será feita pela Secretaria Executiva da Comissão Paritária, sendo que, extraordinariamente, a convocação pode ser feita pela própria Secretaria Executiva ou por iniciativa de, pelo menos, a metade dos membros da Comissão.

§ 4º - A Comissão Paritária deliberará pela maioria de seus membros.

§ 5º - As deliberações da Comissão Paritária deverão constar de Livro de Atas próprio, a serem lavradas pela Secretaria Executiva.

§ 6º - São inelegíveis para compor a Comissão Paritária as pessoas impedidas por lei especial ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda

que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

§ 7º - Não caberá remuneração aos membros da Comissão Paritária.

Art. 4º - A Secretaria Executiva será exercida pela instituição responsável pela gestão do FDE e dos recursos a que alude esta lei.

§ 1º - Competirá à Secretaria Executiva prover o necessário apoio logístico para a atuação da Comissão Paritária.

§ 2º - O gestor dos recursos providenciará semestralmente, ampla divulgação dos resultados alcançados à sociedade paranaense, através dos principais canais de comunicação disponíveis.

Art. 5º - Os recursos referidos no art. 1º não poderão ser destinados ao pagamento de dívidas, de salários do funcionalismo ou de quaisquer outros itens de custeio administrativo, devendo a aplicação dar-se consoante a política e prioridades a serem estabelecidas anualmente pela Comissão Paritária, obedecidas as formas, os prazos e as demais normas legais vigentes para o FDE.

Parágrafo Único - A aplicação dos recursos será sempre precedida da apresentação de projeto contendo análise econômica, social e ambiental do investimento, o retorno das aplicações e as suas respectivas garantias.

Art. 6º - A Comissão Paritária, no desempenho de suas funções, terá as seguintes atribuições:

I - estabelecer a política de aplicação dos recursos a que se refere esta lei, explicitando anualmente os critérios e prioridades a serem seguidos;

II - aprovar os orçamentos anuais e plurianuais relativamente aos recursos em causa;

III - acompanhar, mediante relatórios trimestrais, a execução dos orçamentos elaborados;

IV - estabelecer alçadas decisórias ao gestor dos recursos, para as aplicações em causa;

V - recomendar providências ao gestor dos recursos no que tange à aplicação, fiscalização, administração e acompanhamento dos projetos apoiados à conta desses recursos;

VI - a Comissão poderá, para desempenho das suas atribuições, autorizar a contratação de serviços técnicos especializados, caso estes não possam ser realizados pelo gestor dos recursos.

Parágrafo Único - A política de aplicação terá como princípio assegurar a integridade patrimonial dos recursos mediante adequada proteção ao desgaste inflacionário.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, re-

vogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Cleiton Kielse, Durval Amaral, Toti Colaço e Orlando Pessuti.

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal atendeu antiga aspiração da sociedade paranaense ao instituir, no parágrafo único do seu artigo 20, a obrigatoriedade de os Estados e Municípios serem indenizados ou compensados financeiramente pela exploração de recursos naturais não renováveis em seus territórios - especificamente o petróleo, o gás e produtos minerais - e pela exploração de recursos hídricos para a produção de energia elétrica.

As leis federais 7.990 e 8.001 disciplinaram a matéria. O Decreto nº 1, de 11.01.91, da Presidência da República, regulamenta a matéria e dá outras providências.

O objetivo da presente lei é o de regulamentar a questão dos "royalties" no plano estadual, atendendo três disposições contidas na Constituição Estadual, a saber:

- o artigo 142 diz que esses recursos serão aplicados e distribuídos na forma, nos prazos e nos critérios a serem definidos em lei complementar;

- o parágrafo único do artigo 142 estabelece que a política de aplicação dos recursos fica a cargo de uma comissão a ser paritariamente composta por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e das classes produtoras e trabalhadoras havendo necessidades, portanto, de se definir sua constituição;

- o artigo 58 das Disposições Transitórias consagra que os recursos serão geridos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico, o FDE, na forma a ser estabelecida em lei complementar.

O FDE, criado pela lei 5.515, vem, há quase três décadas, servindo de instrumento para financiar o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Dotado, à época, de fontes cativas de recursos, o FDE foi, sem margem a dúvidas, o instrumento que serviu de alavanca ao vertiginoso progresso que este Estado experimentou na década de 60. Praticamente desativado em 1966 pela extinção dos empréstimos compulsórios que o lastreavam e pela centralização da política econômica e tributária no Governo Federal, o FDE, desde então, sobreviveu pela transferência de minguados recursos para alguns programas específicos, sem maior impacto econômico ou social.

Com a nova Constituição Federal, produz-se a descentralização tributária, restituindo aos Estados e Municípios a autonomia para decidir e realizar ações impor-

tantes no desenvolvimento das suas regiões.

No caso do Estado do Paraná, tais transferências estão se processando com o simultâneo repasse de ônus e encargos de similar monta, impedindo que essas receitas adicionais se constituam em poupanças líquidas.

As indenizações a que alude a presente lei, todavia, representam, para o Estado, uma nova poupança, absolutamente líquida. Estimativas preliminares apontam para um encaixe anual da ordem de US\$ 30,00 milhões.

Ao decidir que esses recursos deveriam ser carregados para o FDE, louvou-se a Constituinte paranaense no princípio de que esses recursos, na condição de indenizações por perdas econômicas e sociais, deveriam ser aplicados em investimentos que efetivamente compensassem a sociedade pelas perdas sofridas. Na impossibilidade de repor os bens por outros de idêntica espécie, forma e valor, nada mais correto do que alocar tais recursos e investimentos que possam propiciar outros bens ou benefícios que, na atual conjuntura da economia brasileira, certamente se traduzem em empregos, em renda e tudo o mais que decorra da ampliação da base produtiva do Estado.

Louvou-se a Constituinte, também, no fato de que os "royalties" representam uma poupança líquida especialíssima. E, como tal, não seria aceitável que a sua administração se desse como se ela fosse uma receita comum.

Por não ser uma receita comum e, ao contrário, ser conseqüente de uma histórica luta da sociedade paranaense tendo a liderá-la o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, optou a Constituinte por instituir a Comissão Paritária, entendendo que a visão dos homens que criam as leis, a audácia e arrojo daqueles que produzem empresarialmente e a capacidade de valorização que caracteriza aqueles que mais labutam, teriam que se somar à determinação dos que estão incumbidos de executar os planos do governo.

Assim, o Legislativo, as classes produtoras e as trabalhadoras se somam ao Executivo nessa tarefa de definir política de aplicação desses recursos, consoante a forma, os prazos e os critérios já legalmente instituído para o FDE.

Quatro devem ser os representantes de cada um dos segmentos citados. Sendo paritária a Comissão, será ela integrada por dezesseis representantes ao todo. A Comissão reunir-se-á com, pelo menos, oito desses representantes e deliberará com, no mínimo e na pior das hipóteses, quatro dos membros presentes.

A participação da FIESP e da FAEP pa-

rece-nos de importância inquestionável. A OCEPAR, pela representatividade que o cooperativismo logrou alcançar no contexto econômico paranaense, parece, também, dispensar maiores argumentos.

Da parte da classe trabalhadora, a indicação da Associação Estadual de Cooperação Agrícola tem o mérito de nela reunir trabalhadores dos mais diversos segmentos, deslocados das suas regiões e, sem dúvida, tem contribuição a oferecer, de inestimável importância.

Terão todos, enfim, a responsabilidade de definir os investimentos mais importantes, os mais prioritários, os de maior impacto na expansão econômica do Estado, maximizando os efeitos dessa importante poupança da sociedade paranaense, resgatando o FDE e restituindo ao Estado um mínimo de autonomia para gerir o seu próprio processo de desenvolvimento.

Atribuir à Secretaria Executiva da Comissão Paritária para a instituição gestora do FDE é decisão absolutamente lógica, especificamente considerando a irrefutável contribuição que esse instrumento deu para o desenvolvimento econômico e social do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - ... Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Aqui hoje, eu apresento um projeto que tem a finalidade de organizar o sistema social dos mais carentes do Paraná. Nesse projeto que eu passarei a ler, antes alguns comentários: na última sexta-feira eu me encontrava às duas horas da tarde na nossa cidade de Mandirituba, perto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nesta altura, um cidadão da colônia, da zona rural, se apresentou conversando conosco e nos dizia: Deputado, eu preciso que o Senhor vá comigo na Delegacia de Polícia; eu quero fazer uma queixa do meu vizinho. Daí eu indagava para esse cidadão, nosso companheiro, trabalhador rural, por que deveríamos ir até a Delegacia de Polícia? E ele me dizia: Deputado, eu tive um trabalho tremendo para conseguir uma dentadura. Até talvez, não sei quem ofereceu. Mas essa dentadura que ele ganhou, essa dentadura, meus amigos, ela foi colocada no seu terreno de casa e o cachorro do vizinho chegou, viu a dentadura, pegou a dentadura e ficou mordendo na dentadura e ele ficou com a sua dentadura que ele dizia tanto sonhado e ficou com essa dentadura. E daí ele procurava a Delegacia de Polícia precisamente para buscar o ressarcimento da dentadura que o cachorro do vizinho havia

mordido. E eu dizia para ele: Não se preocupe; não vamos procurar a Delegacia de Polícia. Eu vou falar com o meu amigo, Deputado Carlos Simões, e ele poderá nos ajudar a obter essa dentadura.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no sábado eu visitava o bairro do Boqueirão e a Dona Maria de Lurdes quando soube que eu estava nas imediações veio conversar comigo e a Dona Maria de Lurdes me chamou na sua casa para me mostrar a filha de doze anos que não consegue ouvir porque não tem aparelho auditivo. E eu dizia para a Dona Maria de Lurdes como que ela tinha procedido para conseguir tentar esse aparelho auditivo e ela me dizia que em setembro do ano passado procurou a PROVOPAR do Governo do Estado e que lá está o pedido desde setembro do ano passado e que sua filha não consegue ouvir porque o Estado é surdo aos anseios da população.

Procurei o PROVOPAR e lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, disse-me uma das coordenadoras, que o PROVOPAR é comandada pela esposa do Governador e que esta não pode fazer milagres, que o PROVOPAR não tem dinheiro e desta forma centenas de pedidos de óculos, de cadeiras de rodas, de aparelhos auditivos, lá se encontram, sem qualquer solução.

Ainda num outro bairro, na Vila Palmeira, eu me encontrava também neste final de semana e uma costureira que vive de costuras, me mostrou que em sua casa não tem mais máquina de costura, porque ela vendeu-a, precisamente para comprar um aparelho auditivo para sua filha.

Meus companheiros Deputados...

(esgota-se o horário)

Eu peço o Horário da Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode falar.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - ... o rico não precisa do Deputado, porque os ricos quando procuram os Deputados, são grandes empresários que procuram se mais ricos, se fortalecer mais. E nós aqui não podemos, em hipótese alguma, defender os ricos, os empresários, porque, se for para defender essa gente, amanhã eu não estarei mais nesta Casa.

Estou aqui e aqui vim para única e exclusivamente defender o povo mais pobre do nosso Estado do Paraná.

Por este motivo, eu apresento um projeto a ser considerado pelo Sr. Presidente e Srs. Deputados, o qual passo a ler. (LÊ):

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

**SÚMULA:** Dispõe sobre a aplicação dos Recursos originários da SERLOPAR, destinados à Assistência Social.

Art. 1º - Fica assegurado a toda pessoa carente o direito de obter Óculos de Grau, Cadeira de Rodas, Aparelho Auditivo e Protese Dentária total, junto ao Poder Executivo Estadual.

Art. 2º - Ao Serviço de Loteria SERLOPAR, fica determinado que a cada concurso da loteria Estadual, LOTOPAR, Rospinha ou qualquer outro que vier a ser autorizado pelo Estado ou instituído pelo Poder Executivo, após deduzidas as despesas de Custeio, Manutenção e Administração remeta o lucro que se reveste de recursos destinados a assistência social, para a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, que usará o referido recurso para atender despesas com o fornecimento de óculos de grau, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos e próteses dentária total, às pessoas comprovadamente carentes.

Art. 3º - O atendimento será realizado pela própria Fundação, e por seus Postos de Saúde instalados em todo o Estado.

Art. 4º - A Fundação fica autorizada a firmar convênios com o Sistema Penitenciário Estadual com a finalidade de ser usada a mão-de-obra dos reclusos, além de executar outras medidas como providenciar produção própria de armações padronizadas para óculos de grau e outros materiais necessários, podendo adquiri-los em concorrência pública quando não viável a fabricação própria, tudo para melhor desenvolver este projeto.

Sala das Sessões, em

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

"É sabido da existência de famílias cuja renda não ultrapassa o salário mínimo, fazendo com que caso necessitem para si ou para um familiar, qualquer dos atendimentos enunciados neste projeto de lei, se obriguem a procurar um político para mendigar o que em nosso entendimento, é um direito seu, como cidadão de um Estado capaz de suprir esta necessidade do social mais carente.

Aliás, este atendimento já é feito, porém de forma que as verbas, os recursos se dispersem o que acaba por não atingir o objetivo.

E esta afirmação é clara quando: 1) Vemos pessoas beijando a mão de políticos, até em canais de televisão, em agradecimento a um atendimento.

2) Vemos pessoas diariamente mendigando uma atenção de Parlamentares mais conhecidos ou indicados por cabos eleitorais.

3) Não vemos um atendimento humanizado e democratizado efetivamente realizado pe-

lo Estado, legítimo executor das ações e administrações sociais.

Por isso, o projeto visa acabar com qualquer pressão que possa o político exercer sobre os eleitores ou sobre os mais carentes, visa disciplinar o uso do recurso obtido com o SERLOPAR destinado a assistência social e finalmente, fazer com que o Estado do Paraná, diante do seu atual estágio de desenvolvimento, cada vez mais modernize seu estilo de administrar, resgatando e garantindo a dignidade da pessoa, alvo primeiro de Governo voltado ao cumprimento das maiores premissas sociais.

(Termina de ler).

Prezado Presidente, Senhores Deputados...

O Sr. Luiz Carlos Martins - Vossa Excelência me permite um aparte?

Assentimento.

Deputado Geraldo Cartário, obrigado pelo aparte.

Eu quero parabenizá-lo pela apresentação deste projeto, visto que ele tem um alcance social muito grande.

E apenas para colaborar com o seu projeto, nós demos entrada nesta Casa também de um projeto que autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná.

Deficientes físicos que necessitam de cadeiras de rodas, de óculos, de aparelhos ortopédicos, enfim de todos os aparelhos que venham a ajudar em suas deficiências físicas.

Demos entrada para que o Governo faça este cadastramento e depois, com o mesmo, possa então colocar em prática esta lei que tenho certeza que este projeto será aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Parabéns Deputado Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Luiz Carlos Martins e, ao mesmo tempo, agradeço todo o seu carinho que tem demonstrado, através de seu programa de rádio, com este trabalho.

O Sr. Neivo Beraldin - Vossa Excelência, permite um aparte?

Assentimento.

Da mesma forma quero cumprimentar o ilustre colega pela apresentação de um projeto tão importante.

Entendemos que é função do Executivo exatamente prestar assistência social às pessoas que precisam de um óculos, de pernas mecânicas, de cadeiras de rodas, de assistência social.



Evidente que devemos dotar o Executivo de verbas suficientes para que se desvie, de uma vez por todas, esta função do Legislativo de atender aos carentes. Deve-se passar ao Executivo esta responsabilidade. Por isto, Deputado Cartário, tão logo Sua Excelência tomou posse na Assembléia Legislativa, já tivemos esta visão do seu comportamento político, a sua preocupação com os mais humildes, com os menos favorecidos pela sorte.

Queremos cumprimentá-lo, portanto. Estaremos ao seu lado para aprovar este projeto tão importante para a população carente de nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço o aparte do Deputado Neivo Beraldin, nosso companheiro da Região Metropolitana e que sabe o quanto os nossos moradores da periferia precisam deste apoio.

Mas o importante deste projeto é a finalidade, porque em todos os municípios, a Fundação Caetano Munhoz da Rocha tem o seu Posto de Saúde.

O cidadão morando na cidade, no município, não precisa vir a Curitiba, não precisa procurar Deputados para ter este atendimento.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Cartário, boa tarde. Estava ouvindo atentamente seu pronunciamento e acho de fundamental importância, Deputado Cartário, que o Governo, sem distinção partidária, destinasse, tivesse um órgão que realmente funcionasse. Por exemplo, ontem encaminhamos uma jovem aqui na Assembléia Legislativa, que estava com dores nos rins e ela não tinha a importância suficiente para fazer uma operação na Santa Casa de Londrina.

Aí a nossa assessoria acabou descobrindo que foi instalado um maquinário na Capital do Estado. Conseguimos que esta moça fosse internada e fizesse a cirurgia.

Recentemente uma criança de sete anos, aqui na Capital, perdeu as duas pernas. Ela veio ao meu gabinete e quer as duas pernas.

Mas o que notei em relação a criança é que ela não estava preocupada em ganhar, do Deputado, dois tênis chamados "Dois mil", que não conheço.

Mandamos esta criança para um médico na Assembléia para fazer a fisioterapia para colocarmos as pernas.

Se o Senhor for ao meu gabinete agora, o Senhor verá que temos uma farmácia, um supermercado, pernas, cadeiras de rodas, tudo isto fazemos...

Agora, o importante não é o Deputado

fazer isto. O importante é que o Governo tivesse um setor que não complicasse muito como a própria LBA complica. Porque estes dias encaminhei a LBA um cidadão paraplético para que resolvesse o seu problema.

Aí pediriam lá atestado, "um monte de coisa", complicando muito a vida do cidadão. Resolvemos o problema por aqui mesmo.

Esperava que seu projeto fosse mais abrangente. Tínhamos que criar um setor, no governo do Estado do Paraná, que se um menor paraplético fosse ao gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins e chegasse lá dizendo que não tinha uma perna, o Deputado Luiz Carlos Martins imediatamente, através de um ofício, pudesse encaminhar esta criança a este setor.

Ou o Deputado Neivo Beraldin, ou o Deputado Fregonese, de Paranaguá.

Qualquer Deputado desta Casa. Mas que este setor não fosse muito burocrático e já atendesse.

Porque o duro, Deputado Cartário, neste País do Presidente Collor, que votei nele, apoiei, corri o Paraná com ele, é duro porque não funciona nada.

Para pedir uma cadeira de rodas para uma criança na LBA, eles querem saber se o intestino da criança funciona, se ela fez exame de fezes, exame de AIDS, exame de tudo.

Este é o País da burocracia. Você pede uma perna e demora um ano para vir esta perna. Você pede uma cadeira de rodas e demora um ano e meio. Precisam saber se o Deputado é da região ou se não é da região. Como é que fica...

Então, temos que acabar com essas coisas no País. Temos que ser mais objetivos.

Então eu voto com o Senhor, Deputado. Voto no seu projeto. E gostaria que o Senhor abrisse um pouco mais o seu projeto. Que fosse criado no meio da rua uma casa, escrito: "Governo do Estado - aqui nós atendemos o povo pobre", que o cidadão chegasse lá com a receita médica; "está aqui, estou desempregado, não tenho onde comprar esses medicamentos". "Pois não, está aqui, está ali a farmácia e o Senhor vai comprar o seu remédio".

Voto com Vossa Excelência.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Para concluir, Senhor Presidente.

Agradeço ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti pelo aparte, e gostaria de dizer que neste nosso Projeto estamos citando que a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, que tem postos de saúde em Curitiba e em todos os Municípios do Estado do Paraná.

Aonde o cidadão se dirige, sem a interferência de Prefeitos, Vereadores, Deputados ou de qualquer cidadão e ali receberá.

E este projeto nosso tem o Art. 1º que passa a ser um direito por lei. Se a Secretaria de Estado ou o Governo não cumprirem, qualquer advogado poderá entrar com uma ação contra o Estado se este Projeto for aprovado.

Então eu o agradeço. E quero dizer mais ainda: o Deputado Alborghetti, quando diz que no seu gabinete tem o supermercado, tem o setor de remédios, quero aqui dizer ao Presidente da Assembléia, que jamais alguém pode criticar, enquanto esta lei não existir, o Deputado pela verba de representação.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Só para concluir, Senhor Presidente. Porque hoje esta verba de representação que a Assembléia recebe não dá nem 10% do que estou gastando com o atendimento aos eleitores, aos meus companheiros que me procuram, uma base de 50 pessoas por dia em meu Gabinete. Por isso que defendo enquanto não existir uma lei disciplinando quem oferece assistência social, que a Assembléia ofereça aos seus Deputados, condições mínimas para poderem atender ao povo mais pobre que nos procura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ovídio Constantino.  
Declina.  
Deputado Carlos Simões, com a palavra.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus companheiros.  
É a primeira vez que ocupamos esta tribuna e é com muita honra e alegria que o fazemos. Estamos aqui em 54 Deputados dentre mais de cinco milhões de paranaenses que sonham em estar aqui nesta Assembléia para defender o seu povo, a sua região, as suas origens.

Sou filho da roça. Sou filho do Interior. Vim para Curitiba há 13 anos. E aqui comecei uma nova luta, fazendo renascer a esperança, porque até agora nenhum Governo, central, estadual teve preocupação constante com o pequeno e o médio produtor rural desse Brasil, desse Paraná, um Estado essencialmente agrícola, um Estado riquíssimo, extraordinário, maravilhoso, mas que realmente não existe uma política séria no setor agrícola, por isso, nós fomos expulsos, uma expulsão branca do Interior, viemos para cá e aqui iniciamos uma carreira como radialista, como comunicador, juntamente com uma Faculdade de Direito, onde me formei advogado, logo em seguida, fui eleito o segundo Vereador mais votado de Curitiba, com 12.048 votos, sendo em primeiro o companheiro Luiz Carlos Martins, em seguida, rapidamente saí-

mos como candidato a Deputado Estadual, pedidos ouvidos pelo povo, fui eleito Deputado Estadual, mais votado do meu partido PMDB e o segundo do Paraná.

Realmente é uma honra, uma alegria estar aqui cumprindo o meu dever, defendendo as pessoas carentes, defendendo os Municípios, Curitiba, região Metropolitana, o Sul, defendendo enfim, o Estado do Paraná.

Venho aqui amigos, também para trazer o meu apoio ao Projeto do companheiro e colega Deputado Cartário, muito importante, quero dizer também a este Plenário que já entrei com Projeto de Lei.

Já está nas Comissões competentes, inclusive, o relator é o Deputado Luiz Carlos Martins, criando através de Postos de Saúde, e também de hospitais da rede pública do Estado, um centro, um laboratório de prótese dentária, que atenda à população. Lembro-me muito bem, quando no rádio me surgiu essa idéia, de tanto ver o povo sem poder mastigar, sem poder comer, de tanto ver o povo sofrendo, e você vai no Interior, vai nessa região metropolitana, que tem filhos de todos os cantos do Paraná, pessoas que tem um pedaço de pão e não podem mastigar porque não têm dentes.

Enquanto isso, amigos nós vemos uma FERROESTE sendo construída, quase duzentos bilhões de cruzeiros. E eu não entendo isso, onde é que vem tanto dinheiro para uma grande obra dessa?

E não temos dinheiro para aplicar numa coisa tão pequena, tão simples, mas de tão grande importância para o ser humano, uma cadeira de rodas para quem está se rastejando, uma dentadura, uma prótese dentária para quem não pode comer.

Tanto se fala em social, e nas campanhas políticas, você se emociona em casa, alguns candidatos, chegam a chorar na televisão mostrando a sua indignação com a pobreza, com o povo humilde, com a desinformação, com a deseducação; mas passou aquilo, parece que a pessoa se transforma, toma um chá de renovação e nada é feito, se preocupa com grandes obras, com grandes negócios. Será que o político todo, é assim, gente?

Será que um dia nós também seremos isto? O dia que nós tivermos a condição, o privilégio de um Deputado daqui ser o Governador do Estado, ou ser o Prefeito de uma cidade, será que muda tanto? Não sei, depende da formação da pessoa, do coração, do sentimento, da sua preocupação, da preocupação realmente com o brasileiro humilde, esquecido, há muitos anos, há cinco séculos, o povo está sendo alijado e está sendo deixado de lado.

Nós precisamos realmente ter um pouco mais de sensibilidade, ou melhor, transmi-

Curitiba, quinta, em 14.03.91

tir sensibilidade ao Executivo.

Eu tenho realmente e falo de público, no meu programa de rádio, todos os dias, tenho uma esperança muito grande de que Roberto Requião, novo Governador do Paraná, como foi sem dúvida alguma, foi em Curitiba, o maior Prefeito desde a época em que aqui estou, não conheci Prefeitos anteriores, mas Roberto Requião deixou uma marca muito grande, indelével no trabalho social, aplicando na creche, na escola integral, na alimentação, no posto de saúde, Doutor Nizan, que agora assume a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, foi realmente o maior Secretário de Saúde da América Latina, Curitiba tinha o maior exemplo da América Latina em termos de Saúde, infelizmente caiu barbaramente.

Vou ao Prefeito Jaime Lerner, tenho um grande respeito, acho que é um grande urbanista mas o Senhor Secretário se mostra insensível ou como já falei ao Prefeito Jaime Lerner, ou ele leva informações erradas e ele assume e acredita, não está bem. A Saúde Pública de Curitiba não está bem. Mas, também a do Paraná não está bem. Ela está, realmente, combalida e necessita de um ajuste urgentemente.

Venho para a Assembléia para somar com todos os companheiros, com a minha Bancada do PMDB, seguindo o meu Líder Orlando Pessuti e seguindo com os companheiros, rumo a um Paraná brilhante, a um Paraná bom.

Venho, também, a esta tribuna, para recordar neste instante fatos que ocorreram quando da diplomação dos Deputados no Teatro Guaíra. E ficou imputado ao Carlos Simões de que eu teria feito aquela balbúrdia ou aquela baderna, no Teatro Guaíra.

Eu quero dizer aos companheiros Deputados, aos meus amigos Deputados, que o que ocorreu no Teatro Guaíra foi uma manifestação popular. E que lá havia gente de todo o Paraná, que todos vocês, meus companheiros, também levaram os seus convidados lá para o Teatro Guaíra. E que a festa não foi só minha. Não foi só sua. Foi de todos nós, do Senador, Deputados Federais e Estaduais, e também do Governador.

Quero dizer que não tenho, pessoalmente, nada contra nenhum Deputado nesta Casa. E nenhuma das colocações posta no Teatro Guaíra foram de minha autoria ou de meu mando.

Quero citar um caso especial. O do meu companheiro de Bancada, Deputado José Afonso Júnior, que se sentiu até ofendido com aquilo, achando até, Deputado, que havia sido o Carlos Simões o autor daquelas colocações com relação à sua pessoa, que inclusive eu não ouvi, não vi, realmente, o que aconteceu. E o Senhor sentiu-se injuriado.

Quero dizer, neste Plenário, que nada

tenho contra a sua pessoa. Contra a sua família. Tenho, aliás, um profundo respeito. E o Senhor sabe disso. Pela minha conduta nas reuniões das Bancadas, quando nós estamos convivendo juntos. E que nós temos um grande respeito um pelo outro. E esta é a minha forma de conduta. Sou novo. Mas, não sou moleque. Sou responsável. Sou filho da roça. Sou um trabalhador muito honrado, de família pobre, família humilde.

Por isso, venho com toda a humildade, falar e fazer colocações perante todos vocês, meus colegas, meus amigos Deputados, de que não tenho, realmente, nada contra nenhum Deputado que venha, da minha formação, uma pessoa que desabone qualquer companheiro.

Concedo aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Carlos Simões, eu na verdade, fui um dos que saiu revoltado do Teatro Guaíra. Inclusive, não tive vaias. Mas, em respeito ao Poder, em respeito aos Deputados que lá estavam com seus familiares, realmente eu saí chateado, especialmente com a sua pessoa. Mas, logo a seguir eu procurei me informar sobre quem comandou. E eu tive a certeza, por companheiros nossos que estavam lá, de que realmente Vossa Excelência organizou uma torcida para lhe prestigiar. Mas, não para agredir qualquer Deputado que ali estivesse.

Por isso que, da minha parte, desde o dia que eu tomei este conhecimento, tudo bem, não tem problema nenhum, porque eu sei que Vossa Excelência foi uma vítima do que aconteceu. Obrigado pelo aparte.

O SR. CARLOS SIMOES - Muito obrigado.

Senhores Deputados, Senhor Presidente, para finalizar eu quero deixar bem clara a minha conduta de ação, a minha linha de ação neste Parlamento. Tenho certeza que a maioria dos Senhores ou cem por cento dos Senhores tem esta mesma intenção: a de ajudar e de melhorar este Estado; de levar o Paraná para um patamar melhor; de colocar o seu povo num nível melhor de vida; de dar uma condição.

Sou e faço um trabalho como faz o companheiro Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Algaci Túlio, companheiros do rádio que fazem um atendimento social às pessoas.

Fazemos por quê? Porque, realmente, como colocou o Deputado Alborghetti, a complicação do Paraná, a complicação dos órgãos públicos é uma calamidade. E se os órgãos públicos estão caindo no descrédito popular, realmente, eles têm que rever as suas posições.

Eu estou ao seu lado, quando reivindi-

co melhores salários. Mas, eu também cobro uma postura melhor, um trabalho melhor um avanço melhor do setor público do Paraná e do Brasil. Uma coisa é certa, é um setor falido. Não é possível assim ficar. Um estado inchado demais. Tem que haver uma reciclagem. Eu espero e tenho esperança que no Paraná, o Requião venha a mudar isso, a mudar esse quadro e colocar o Paraná nos eixos, nos trilhos por que senão gente, a coisa vai para o brejo, vai complicar ainda mais. Já está complicada. Se assim continuar Curitiba, região metropolitana está inchada. Milhares, centenas de brasileiros e trabalhadores vêm aqui. Fazer o quê? Comer o quê? Não tem qualificação; não tem moradia; não tem saneamento; não tem luz elétrica; não tem rua. Meu Deus! fazer o quê? É uma dureza; é uma dificuldade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai dar posse ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - (Faz o juramento) - Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual desempenhar realmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado".  
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declaro empossado o Deputado José Tavares que deverá tomar assento junto à sua bancada.

O Deputado Caíto Quintana já licenciado, mas sem perder a sua condição de Deputado data vênica aos outros Deputados, fará uso da palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço a deferência da Mesa em nos permitir poucos instantes para usarmos essa tribuna na tarde de hoje.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, confesso que experimento uma sensação, talvez como a que senti a primeira vez a essa tribuna quando do meu primeiro mandato.

Mas se pretendo usar da palavra nesse instante é para agradecer essa Casa de Leis, os Deputados atuais, os ex-Deputados; alguns que até faleceram no curso e no exercício do seu mandato, porque nós temos as nossas polêmicas naturais como uma Casa pluripartidária. Mas temos aqui uma coisa muito mais importante que nos une, que nos apegamos mais.

Venho na minha infância de internatos e, considero essa Casa quase como uma espécie de internato aonde no dia-a-dia nós nos encontramos nas nossas próprias divergências; no dia-a-dia nós convivemos no mesmo trabalho. Isso vai enraizando dentro de cada um de nós um amor muito grande

por essa Casa Legislativa e eu me sinto um Parlamentar. Tenho um profundo respeito por essa Assembléia. Procurei, no tempo que aqui estive, manter o melhor relacionamento com todos os Parlamentares independente da sua sigla partidária por entender que cada um de nós representa um ideal; cada um de nós representa uma região uma facção do nosso povo do Paraná. E para esse povo tem uma obrigação de resposta com assento nesse Parlamento.

Recentemente, disputamos nessa Casa a eleição para presidência. Se para alguns pode transparecer que venhamos sair daqui com qualquer tipo de mágoa ou ressentimento pelo embate que tivemos, não confere com a verdade.

Essa Casa tem embates diários. Muitos que envolvem interesses de tantos e tantos que anônimos, sem poder estar aqui, estão com seu interesse em jogo na votação das mensagens que nós aqui temos. Nenhum de nós tem o direito de ficar com mágoa, ressentimento quando os nossos interesses entram em jogo. Por isso, ao sair daqui Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, eu quero deixar muito claro este respeito que tenho pela Assembléia, vou prestar serviço junto ao Governo, mas vou prestar serviço sabendo que sou um Deputado, que a nossa Casa de origem é aqui, que os nossos companheiros ficaram aqui, e conhecendo as suas dificuldades e as suas lutas; e quero, portanto, ser junto ao Governo, um representante do interesse desse Parlamento e se Deus nos permitir poder ser o elo de ligação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, representando ou procurando ajudar no pleito de cada um dos nossos Deputados.

Eu quero agradecer profundamente o carinho que sempre merecemos dessa Assembléia, e levo daqui, pela vivência com tantas pessoas de tanta dignidade, de tanto caráter, o exemplo para continuarmos trilhando o nosso caminho. Portanto, eu só quero agradecer e me colocar a disposição, vamos continuar convivendo no dia-a-dia, cada um de nós na sua função, mas espero que não estejamos nunca longe da Assembléia Legislativa. Quero agradecer a Presidência, a Mesa, aos Deputados, e quero desejar a João Preis e José Tavares, que assumem no dia de hoje, desejar profícuo trabalho aqui dentro, tenho certeza absoluta que vocês vêm com a melhor da boa vontade e que vêm preencher aqui conosco uma trincheira de lealdade, de companheirismo, para que possamos levar adiante e apoiar a implantação de medidas, que eu tenho certeza absoluta, serão do interesse do Paraná com o Governador Roberto Requião. Por isso, brevemente, por pouco espaço de tempo, estaremos longe da Assembléia, mas na certeza que estaremos mais

Curitiba, quinta, em 14.03.91

unidos ainda, porque afinal é um filho da-  
qui que estará numa função do Executivo  
para poder atender ou procurar pelo menos  
atender os pleitos de cada um dos nossos  
integrantes dessa Assembléia indistinta-  
mente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Já o fiz  
pessoalmente, mas o faço agora em nome  
da Executiva da Assembléia, em nome de to-  
dos os Deputados, a saudação ao companhei-  
ro, Deputado Caíto Quintana, dizendo do  
maior respeito que esta Casa tem com a sua  
pessoa e a certeza de que na Casa Civil  
estará muito ligado à Assembléia e saberá  
entender a posição desta Casa nas discus-  
sões das Mensagens que vierem para esse  
Legislativo. Tenha todo sucesso e Deus o  
acompanhe.

Na seqüência, no Pequeno Expediente,  
concedo a palavra ao Deputado Ovídio  
Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presi-  
dente, Senhores Deputados, Senhora De-  
putada. Nesses poucos minutos desse Peque-  
no Expediente, sendo hoje o última dia de  
Governo Álvaro Dias, gostaria de, especifi-  
camente na questão da agricultura, fazer  
algumas considerações e nossa avaliação  
deste Governo.

O Estado do Paraná, um Estado estrita-  
mente agrícola, que algumas regiões do Es-  
tado são quase que totalmente minifúndios,  
sentiu-se pouco ou nada assistido pelo Go-  
verno que hora se encerra. O êxodo rural  
continuou e continua, os pequenos traba-  
lhadores da terra continuam à mercê da so-  
ciedade. Este Governo voltou sua política  
agrícola à grande produção, interrompendo  
programas idealizados com grandes benefí-  
cios e projetos à pequena propriedade  
idealizados, na época, pelo então ex-  
-Secretário da Agricultura Claus Germer.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado  
Constantino, eu suspendo a Sessão por  
três minutos para que os companheiros pos-  
sam cumprimentar o Deputado Caíto Quintana  
e os outros dois Deputados que chegam à  
Casa, para que Vossa Excelência possa, na  
continuidade, fazer o seu pronunciamento.

(Suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está  
reaberta a Sessão.  
Tem a palavra o Deputado Ovídio  
Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Eu requeiro da  
Presidência o início da contagem do  
tempo agora para poder desenvolver o meu  
raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Solicito  
a atenção do Plenário para que possamos  
dar continuidade à Sessão. Solicito  
dos Senhores Deputados que usem os seus  
lugares para que a Sessão tenha o seu  
prosseguimento normal.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Apesar do tempo  
curto, eu queria avaliar, resgatar al-  
guns fatos ocorridos durante este Governo,  
Governo Álvaro Dias, que hoje está em seu  
último dia, para analisar a questão agrí-  
cola do Paraná, especialmente a pequena  
agricultura, a pequena produção.

Num Estado agrícola, que regiões são  
quase que totalmente compostas por mini-  
fúndios rurais, este Governo pouco ou qua-  
se nada fez para impedir, ainda mais, a  
expulsão do pequeno agricultor do campo,  
acentuando-se o êxodo rural em nosso Esta-  
do.

O Governo Álvaro Dias voltou sua polí-  
tica agrícola para a grande produção, a  
grande propriedade.

O Sr. Neivo Beraldin - Solicito um aparte  
a Vossa Excelência.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Na seqüência.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Informo  
a Deputado Neivo Beraldin e ao Deputa-  
do que usa a tribuna que no Pequeno Expe-  
diente não há aparte.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Muito obrigado.

Interrompendo pequenos projetos, pro-  
gramas idealizados com grandes benefícios  
para a pequena propriedade, como técnicas  
de trabalho para pequena produção, ideali-  
zados e iniciados na época em que Claus  
Germer era o Secretário de Agricultura  
neste Estado, como, por exemplo, troca-  
-troca de sementes, como por exemplo, nes-  
sa troca-troca de sementes os pequenos  
agricultores tinham condições de plantar  
sementes qualificadas que o seu poder  
aquisitivo, em função da desvalorização do  
seu produto em relação aos produtos quali-  
ficados, produtos de sementes, não podiam  
adquirir; isso foi abandonado pelo atual  
Secretário da Agricultura.

Discriminação no programa de microba-  
cias onde muitos municípios, na época  
em que Osmar Dias estava prestes a ser  
candidato a Deputado, eram discrimina-  
dos; alguns municípios recebiam verbas  
para aquisição de óleo, para implementação  
desses projetos e microbacias, em prejuízo  
a outros que, com maior necessidade, por  
não se afinarem politicamente com o Secre-  
tário da Agricultura, foram discrimina-  
dos.

Órgãos e entidades que atuam neste se-  
tor na área da Agricultura, estão neste

fim de Governo abandonados, esfaqueados. Podemos citar o IAPAR, um instituto de respeitabilidade até internacional, e que aqui, já há alguns dias, foi denunciado por Parlamentares, que está ao abandono; ao abandono os seus funcionários, jogados os seus salários à miséria, e também abandono porque este Governo, através da Secretaria da Agricultura e do Governador, não tomam medidas e procuram técnicas importadas através de institutos privados, prejudicando o que há mais de dez anos se vê no IAPAR, que é um órgão sério, e aí sim esteve muito presente na tecnologia para pequena produção da área rural.

Álvaro Dias fala tanto de Collor, mas pratica idêntica política quando procura importar tecnologias que não se adaptam à realidade das regiões do Paraná e assim mesmo não vêm beneficiar a grande maioria dos agricultores do Paraná.

Quero lembrar o Governo democrático, entre aspas, que por todos os cantos deste Paraná usou da violência sem piedade, quando setores da sociedade se organizam para reivindicar melhores condições de vida, sem falar no magistério dos professores, quero me reportar aos fatos ocorridos com trabalhadores rurais sem terra pelos interiores deste Estado e lembrar fato específico ocorrido em 31.03.87 na Região Sudoeste do Paraná, onde em Dois Vizinhos, Capitão Leônidas Marques e outros municípios a polícia bateu, prendeu, tirou dos movimentos trabalhadores que estavam nas estradas reivindicando o seu direito de sobrevivência.

Os despejos realizados nos assentamentos de trabalhadores rurais a exemplo de Bituruna, Nova Cantu, Quedas do Iguaçu, Ibema, Telêmaco Borba e tantos outros, onde jagunços, milícias paramilitares organizadas por fazendeiros reagiam à sobrevivência ao direito de sobrevivência que os trabalhadores procuravam tirar da terra o seu pão de cada dia e o Governo Álvaro Dias fez vistas grossas a essa milícias paramilitares organizadas.

Perseguições políticas dentro da Secretaria da Agricultura, de setores que não se afinavam com a política ideológica, mas que cumpriam suas funções profissionais dentro da Secretaria da Agricultura, com demissões, com perseguições.

O Paraná tem até um preso político que se chama João Oiti Finkler, um líder do movimento dos trabalhadores sem terra, que se encontra preso na Prisão Provisória do Ahú sem nenhuma solução judicial até em função de ser um líder de um movimento dos trabalhadores sem-terra do Paraná.

A irrigação tão prometida pelo governo do Estado, que vimos apenas pela televisão e para alguns pequenos setores de grandes grupos econômicos rurais do Paraná.

Pena que a irrigação não chega lá na terra pela televisão. Se assim fosse, o Paraná estaria irrigado pela campanha política de Álvaro Dias na questão da irrigação que prometia ao Estado.

Para encerrar, Senhor Presidente, a agricultura é responsável por mais de 60% da economia deste Estado. Em algumas regiões estes números são mais significativos. Na região Sudoeste 94% da população rural são responsáveis pela produção de alimentos para o povo do Paraná e a política agrícola deste Governo, aquilo que ele possa direcionar somado ao Governo Collor leva à falência milhares de trabalhadores rurais do Paraná.

A falta de incentivo, a falta de propostas para a pequena agricultura leva milhares de famílias a enfrentar a fila do desemprego, da fome, da morte, da prostituição, da miséria e das favelas do nosso Estado.

Jamais o homem conseguirá viver sem deixar de cultivar a terra. Jamais nenhum ser humano sobreviverá sem alimentos que são retirados da terra, portanto há necessidade dos governos e do futuro Governo mudar a sua política agrícola, infelizmente o atual Secretário da Agricultura permanecerá no futuro Governo, mas felizmente o Governo Álvaro Dias passa, nós precisamos nos empenhar para que o Paraná, os pequenos agricultores do Paraná não sejam amanhã futuros favelados.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece-nos que o Deputado que ora usa a tribuna precisa usar as botas que usa Osmar Dias, porque o Paraná inteiro conhece e reconhece o brilhante Secretário da Agricultura que foi Osmar Dias e ao mesmo tempo esperamos que ele continue com o seu ritmo de trabalho e seriedade, porque se dentro da Secretaria da Agricultura se perseguiu alguém, foi exatamente aqueles que não gostam de trabalhar.

O dinamismo, a prática, a seriedade, a competência são características de Osmar Dias, por isso não podia deixar, Senhor Presidente, de levantar essa questão de ordem para defender um companheiro honrado, brilhante, capaz, trabalhador que faz muito pelo Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, primeiramente o Par-



tido Socialista Brasileiro se solidariza com os companheiros recém-chegados, novos Deputados, João Preis o nobre Deputado José Tavares, e também deseja votos que de fato na Casa Civil o nosso companheiro Caíto Quintana possa exercer um trabalho pelo social deste Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste momento em que o Paraná se reunirá em seu 4º Fórum em defesa da escola pública gratuita e universal nós não poderíamos deixar de registrar a realização desse evento que tratará, sem dúvida, do problema mais sério e crucial que envolve a Nação brasileira. Tenho certeza de que se tivéssemos neste país um investimento sério em educação provavelmente não estaríamos usando esta Plenária por diferentes momentos na preocupação da segurança pública, na preocupação da saúde e outras preocupações mais. E neste momento nós destacamos que no dia 18 e 19 de março, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná estará se realizando esse 4º Fórum em defesa da escola pública, gratuita e universal. Naquela oportunidade estarão fazendo parte vários palestrantes de conhecimento profundo da educação pública e naquela oportunidade também estarão se abordando os mais diferentes temas que envolvem a educação em nosso Estado e em nosso país no momento em que se discute a nova Lei de Diretrizes e Bases e eu creio que a preocupação de todos nós aqui é que tenhamos de fato essa nova Lei de Diretrizes e Bases na esperança de uma educação mais promissora à classe trabalhadora que é o anseio da escola pública e gratuita.

Nós queremos neste momento solicitar, já que há previsão no calendário desse fórum da entrega de documentos aos Parlamentares do Paraná, nós queremos aqui reforçar a necessidade da Comissão de Educação desta Casa se fazer presente na oportunidade da realização desse fórum porque, inclusive queremos justificar, porventura a nossa ausência neste dia porque devemos estar participando em determinados momentos desse Encontro, e nós queremos reforçar a necessidade de que a Comissão de Educação desta Casa se faça presente, visto os desdobramentos futuros que teremos quando após aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases, a nível nacional, nós teremos que adequar a educação do Estado à nova realidade brasileira.

Nós queríamos apenas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, registrar e deixar aqui a necessidade do Parlamento do Paraná se fazer presente neste momento de grande importância para a educação paranaense, com a presença marcante nesse 4º Fórum em Defesa da Escola Pública, gratuita e universal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Solicito que ocupe a Presidência da Mesa o Deputado Heinz Herwig.  
(Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero inicialmente saudar os Deputados João Preis e José Tavares que, a partir de hoje, formam ao lado dos demais Parlamentares desta Casa um grupo de homens que certamente vão demonstrar toda a sua preocupação na seqüência do desenvolvimento, do crescimento do Estado do Paraná, formando ao lado do futuro Governo, no sentido de que nós possamos ter um Paraná cada vez melhor.

Mas eu venho a esta tribuna para falar que o "novo Governo nasce sob o signo da austeridade, da modernidade e da competência. É a transparência pública, o combate aos privilégios e a vontade popular que assumem o Iguaçu".

Para esclarecimentos de todos e até para acalmar os companheiros de oposição, devo dizer desde já que não se trata de nenhum elogio ao Governo Requião, que assumirá o Estado amanhã.

As palavras citadas na abertura deste pronunciamento são do próprio Governador Álvaro Dias, que hoje tem seu último dia à frente do Estado do Paraná.

Nós, entretanto, nesta última sessão antes da posse do novo Governador, queremos nos ocupar de algumas observações e inevitáveis comparações entre o que sai e o que entra.

Acho que o que sai, sai um tanto frustrado, já que nesses últimos quatro anos a austeridade ficou um tanto quanto distante com tantas denúncias e escândalos, alguns até bem recentes, como no caso da Saúde, cujo Relatório da CPI foi aprovado por esta Casa.

A modernidade, prejudicada, diante da notória prática política antiquada de privilégio de grupos e pessoas, segundo critérios partidários.

A transparência serviu apenas para mostrar o que já conhecíamos: mordomias que não foram extintas, reformas que não saíram dos discursos e dos papéis.

Alguns exemplos: a mansão do Ahú, que foi usada por três anos... (lê) E, embora tenha sido aprovada a venda, até hoje, não ocorreu. A reforma administrativa que queria extinguir o IPARDES, um dos órgãos mais eficientes em pesquisas e estudos, do Brasil, mantendo outros sem necessidade.

E a vontade popular certamente não esteve de acordo com a marcante característica do que sai - a propaganda. Aliás, as agências de Marketing e propaganda deveriam conferir um prêmio ao nosso Governador, pela prova que deu de amor à prática dela.

Usou e abusou da TV e inaugurou uma nova prática em Administração Pública. Fazer propaganda do que iria ser feito, do que iria ser inaugurado, muito embora, depois, não tenha sido. É o caso do teatro Zé Maria Santos, ou Teatro da Classe, aqui em Curitiba, o novo Fórum, em frente à Assembléia (que virou abrigo de máloqueiros) e a Estação Rodoviária de Guaratuba.

Enfim, Álvaro pecou um pouco, e esperamos que o novo, o que entra amanhã, não incorra nos mesmos erros.

Que, principalmente, respeite este Poder, o Legislativo, numa relação harmônica, conforme a secular teoria da tripartição do Barão de Montesquieu.

Que Roberto Requião não repita o que Álvaro Dias fez, criando clima de conflito entre os Dois Poderes, recorrendo das nossas decisões e sempre, querendo impor as suas vontades - muito embora elas não fossem constitucionais e não emanassem do povo.

Sobretudo, que o novo governo seja de todos os paranaenses, inclusive dos curitibanos, que têm como Prefeito o Arquiteto Jaime Lerner - presença constante nos discursos do futuro Governador.

Que o futuro Governador, que já foi Prefeito de Curitiba, quando eu também era Vereador desta Cidade, prove o seu amor a ela, tratando-nos de forma igualitária e justa, inclusive em realizações que resultem no bem do seu povo.

E lhe desejamos sorte - e muita sorte mesmo - bem como aos seus assessores para que possam fazer muito pelo nosso Paraná. Não esperamos que resolvam tudo não, porque sabemos que quatro anos é muito pouco para resolver todos os problemas do nosso Paraná.

Não queremos que não façam propaganda: queremos apenas que façam obras para haver motivos para anunciar essas obras.

Queremos que respeitem esta Casa, que respeitem os Prefeitos de qualquer partido a pertencam. Que principalmente façam um Governo de verdadeira modernidade, austeridade, transparência e de acordo com a vontade popular. Tudo isto que Álvaro Dias tentou, conseguiu em parte, não negamos isto. Seria até uma infantilidade de nossa parte negar isto. Não podemos negar que o Governador que sai fez muito pelo Paraná. Deixou também muito a desejar. Mas fez muita coisa. Queremos que o futuro Governador, que entra agora, também faça tudo aquilo que prometeu em campanha. Que es-

queça os rancores políticos, que deixe de lado um pouco a sua ironia e que deixe também o discurso de palanque e que passe à prática.

É o desejo deste Parlamentar. Muito embora pertencendo a outro partido que não o do Governo do Estado, estamos aqui para somar com o Governador. Para ajudá-lo a governar o Paraná. Tenho certeza que os 54 Deputados, independente de cores partidárias, querem ajudar o novo Governador. Mas querem dele também, principalmente, respeito a este Parlamento.

Que Deus ajude o novo Governador e que Deus ajude a todos nós, 54 Deputados, a melhorar a situação deste Paraná, dando um exemplo ao Brasil que quando se tem vontade política, quando se tem amor à uma terra, tudo se consegue!

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN - Muito obrigado, Senhor Presidente. Acabo de ouvir as palavras do Deputado Algaci Túlio. Ilustre vice-Prefeito de Curitiba. Antes mesmo de dirigir as suas palavras para que o Governo do Estado...

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Pela ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Peço ao ilustre colega Neivo Beraldin que se inscreva no Horário das Lideranças do PMDB para ter a oportunidade de rebater as colocações. Parece-me que o Deputado está utilizando de um expediente para, na verdade, fazer diversos pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Proceda a questão de ordem do Deputado Ernani Pudell.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, eu acabava de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Desde que Vossa Excelência se atenha ao assunto e diga qual o artigo que está sendo infringido.

O SR. NEIVO BERALDIN - O artigo que Vossa Excelência infringiu? O artigo da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Casso sua questão de ordem já que Vossa Excelência não apresentou o artigo. Não tem procedência.

Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente. Não havendo oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PSDB se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Toti Colaço.

O SR. ANTÔNIO TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Queria neste instante, rapidamente, mesmo não sendo do PMDB queria fazer um agradecimento em nome da minha região, microrregião 17, que é a região de Irati. Em que pese as críticas que o nosso Governador Álvaro Dias tem sido alvo nestas últimas sessões, mas em nome daquela região quero deixar registrado aqui, nesta tarde, os nossos agradecimentos pelas obras e conquistas que nosso povo teve em seu Governo. Não foi cem por cento de tudo aquilo que imaginávamos que ele pudesse realizar durante seu mandato, mas foi muito além das nossas expectativas as obras e conquistas que nosso povo teve ao longo destes quatro anos.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, respeitosamente a todos, inclusive a oposição do Governo, quero que fique registrado nos Anais da Casa esta nossa gratidão e reconhecimento ao Governador Álvaro Dias que se afasta do Governo no dia de amanhã.

E, ao mesmo tempo que agradeço ao Governador Álvaro Dias, quero também agradecer a presença amigável, sincera, cordial e leal do Deputado Caíto Quintana, o qual tive a oportunidade e a felicidade de conhecer melhor durante este curto espaço de mandato em que convivemos nesta Assembleia. Conheci Caíto um pouco mais a distância. Conheci Caíto como Relator da Constituinte Estadual e já o admirava. Mas durante estas semanas que aqui passamos juntos pude ver de perto a grandeza da alma do Deputado Caíto Quintana. A sua humildade, o seu jeito de ser, como encara os problemas da nossa Assembleia, como encarou inclusive a eleição da Mesa. Nós, ao redor de Caíto, seguidamente, mesmo após o resultado das eleições, nos acalmava, ele tinha uma palavra amigável para todos nós. Por isso também quero deixar registrado aqui o prazer e a alegria em ter convivido com Caíto durante este curto espaço de tempo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Em aparte) - Gostaria de ser solidário a Vossa Excelência por dois pontos que Vossa Excelência coloca nesta tribuna.

O primeiro em relação ao Governador Álvaro Dias, Governador este que marcou pela sua competência, pela sua austeridade e pela sua honestidade no Governo do Paraná. Se há algumas críticas são de pessoas que não conviveram, não conheceram e não conhecem o desejo de um homem honesto, não estão acostumados a viver com um Governo honesto.

Vossa Excelência fala do nosso companheiro Deputado Caíto Quintana. Caíto Quintana disputou a Presidência desta Casa, à qual tive o respeito, comportamento do meu Partido, de votar por duas vezes no Deputado Caíto, respeitando evidentemente a decisão da maioria dos Srs. Deputados na eleição a Mesa. Mas, na verdade, uma derrota que se consagra numa grande vitória. Convocado pelo Governador Roberto Requião para assumir a chefia da Casa Civil -, que para todos nós do PMDB, de todos os Partidos consagrados nesta Casa será, sem dúvida nenhuma, um elo de ligação entre o Poder Legislativo e Executivo.

E quanto às críticas que há poucos instantes fizeram ao Secretário de Agricultura, Dr. Osmar Dias, acho uma injustiça muito grande que se cometeu. Foi um dos melhores Secretários de Agricultura que o Paraná já teve. Assim o Ministério da Agricultura tivesse o mesmo comportamento com os agricultores do Brasil como teve o Secretário da Agricultura Osmar Dias.

Muito obrigado! Parabenizo Vossa Excelência!

O SR. ANTÔNIO TOTI COLAÇO - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado.

Com a mesma intensidade, com o mesmo sentimento gostaria de desejar e agradecer a amizade que tivemos com o Deputado Djalma de Almeida César. O Deputado Djalma, já o conhecíamos de longa data. Deputado da nossa querida Campos Gerais. Tivemos a oportunidade de conhecê-lo na sua luta, no seu trabalho e hoje foi convocado pelo Governador Roberto Requião a assumir uma das Pastas Administrativas do nosso Estado.

Ao Caíto e ao Djalma, a certeza de que nós Parlamentares haveremos de ter um acesso muito fácil, muito livre nestas duas Pastas, porque eles conviveram aqui conosco e principalmente com os Deputados mais antigos.

Boas-Vindas aos Deputados José Tavares e João Preis.

Também quero desejar ao futuro Governador Roberto Requião que amanhã, aqui neste Plenário, às 10 horas, vai assumir

os destinos do povo Paranaense. Conheci Requião quando ainda Deputado não pude apoiá-lo no 1º turno, porque nós tínhamos o nosso candidato do nosso partido, que era o ex-Governador José Richa, mas desde o momento que Richa saiu, de imediato da Região Centro Sul do nosso Estado, nós assumimos o compromisso com os companheiros do PMDB daquela região, em apoiar a candidatura de Roberto Requião.

Eu dizia aos meus companheiros da região toda, principalmente de Irati, não há necessidade que Roberto Requião execute 100% da sua programação de Governo, que ele execute 50%, do que tem na sua cabeça, no seu sentimento, da sua visão social, para o nosso Estado. Acredito que nós paranaenses, nós Deputados, vamos sair daqui a quatro anos, orgulhosos, porque na verdade a visão de Requião, é uma visão voltada para os pequenos, para os desassistidos, para a classe mais empobrecida do nosso Estado. Eu quero desejar em nome da nossa região, da região a qual eu represento, que é Irati, os municípios circunvizinhos, sucesso ao companheiro Requião, que ele seja feliz, que Deus o proteja nas suas decisões, e que nós, principalmente os Deputados novos que estamos chegando aqui pela primeira vez, muitos ex-Prefeitos, vamos nos tornar úteis, para que ele possa pelo menos nos primeiros dois anos, ter o nosso apoio, ter a tranquilidade de bem governar e colocar o seu programa de governo em ação.

Este é um pedido que eu faço também desejando, é claro, deixar registrado o desejo da região Centro Sul, para que ele possa ser feliz no Governo que ele assumirá amanhã. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Horário da Liderança, com a palavra a Bancada do PFL.

(Declina).

Com a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhores Deputados, Senhora Deputada Emília Bellinati, eu estive analisando profundamente o Projeto do Deputado Cartário.

Falar em assistência social, num País como esse, é fácil.

Criar projetos para a área do social, também é muito fácil. O difícil é fazer com que a lei seja cumprida, obedecida, por este ou por aquele Governo.

Já debati muito isto, no meu canal de televisão, com o Deputado Algaci Túlio, com o Deputado Neivo, e com outros companheiros desta Casa.

Cadeiras de rodas, remédios, dentistas, internamentos, próteses, a comida,

materiais escolares, auxílio-bolsa, porque com a verba social desta Casa, o valor é de 300 mil cruzeiros, você não consegue em hipótese alguma, você consegue comprar hoje, 10 cadeiras de rodas, uma cadeira custa 16 mil cruzeiros, 10= 160; 20= 320; então naturalmente que o Deputado teria que tirar 20 mil cruzeiros do seu bolso para completar as 20 cadeiras de rodas.

Medicamentos, uma farmácia aqui ao lado que eu, como outros Deputados usam para doar medicamentos aos pobres carentes que batem à porta da Assembléia Legislativa.

Dentista, internamentos, o uso de ambulância, o dinheiro para gasolina, se conseguir a vaga do hospital, às vezes, como descobri em Colombo, uma criança que estava numa cama apodrecendo, precisava de fisioterapia, eu sei que tudo isso, Senhores, não é obrigação do Deputado.

Mas os corredores da Assembléia, estão lotados de seres humanos, que não ganham salários que presta neste País, porque se o trabalhador ganhasse um salário-mínimo, condizente com as suas necessidades, condizente com a realidade porque atravessa a nação brasileira, se ele ganhasse um salário com o qual ele tivesse condições de ir ao supermercado, de ir à loja, de comprar medicamentos, ele não viria, em hipótese alguma, bater às portas do Governo ou bater às portas de uma emissora de rádio, no programa do Deputado Carlos Simões, no programa do Deputado Algaci Túlio, no programa do Luiz Carlos Alborghetti ou do Deputado Luiz Carlos Martins.

Não! Não bateria à porta dos Prefeitos, seja o Prefeito Jaime Lerner, Prefeito Antônio Bellinati, ou qualquer outro Prefeito do Estado do Paraná!

É que o povo está carente de tudo, Senhores Deputados. Eu sei. Eu acho importante fazer um projeto onde o Governo autorize o seu escritório a atender por exemplo; a mãe chega aqui e diz "a minha filha é parálitica"; eu preciso agora de uma cadeira de rodas".

Nós temos que acabar Deputado Cartário, é com a burocracia metida a idiota e cretina que existe neste País!

Nós temos que ir com a criança lá no órgão e dizer: "está aqui, a minha filha é parálitica".

Aí eles falam: "não, mas o Senhor vai buscar o atestado".

"Mas, o Senhor não está vendo que ela é parálitica? "Ela não anda. O Senhor vai dar a cadeira ou não vai dar? O importante é dar a cadeira.

É importante que se criem leis, mas que não tenha a burocracia. Porque os corredores da Assembléia estão superlotados, Deputado Cartário. Superlotados!

São mães pedindo latas de leite. E agora eu desafio: qual dos Senhores não

teria recebido uma mãe à porta para pedir material escolar!

Porque eu vejo no gabinete do meu compadre, Deputado Dirceu Manfrinato, uma fila. Eu vejo no meu, outra fila. Os mesmos problemas porque passa o gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, atendendo a sua região, eu passo com o meu, também atendendo a minha região.

E às vezes o Deputado Dirceu não tem condições de atender, como também eu não tenho condições de atender. E assim acontece com todos os Senhores.

Seria fácil se nós tivéssemos uma verba grande, enorme. Uma verba grande, enorme, que eu, o Deputado Dirceu, a Deputada Emília, o Deputado Neivo Beraldin, os outros Deputados, pudéssemos revertê-la para um órgão. E que este órgão atendesse a todos, de uma só vez, aí sim. Nós estaríamos nesta Casa com a nossa assessoria só para criar leis. Nós estaríamos aqui para legislar, criando leis que fossem ao encontro dos interesses da comunidade paranaense.

Agora, eu peço e rezo a Deus que o seu projeto, que estou analisando e louvo a sua atitude, de tirar um pouco de dinheiro da LOTOPAR para que ela seja repassada às fundações, conforme Vossa Excelência diz mas a minha preocupação é saber se isto vai funcionar, se nisto não vai haver burocracia.

Confesso, não é porque eu estou no PRN hoje, não. Eu teria que perder a vergonha na cara, agora.

Quando eu estava no PMDB, a Secretaria de Ação Social, através do Governo Álvaro Dias, atendeu-me milhares de pedidos.

Agora, o governador, na época, às vezes, me dizia: "Alborphetti, eu não tenho condições de te atender, porque eu também não tenho verba".

Eu sei que é duro. É duro!

Mas, nós temos que começar lá em cima. Agora, o principal disso tudo é a miséria pela qual atravessa o País, Deputado Cartário.

Porque se o trabalhador ganhasse um salário que preste, neste País, dando-lhe condições de ir ao supermercado, fazer as suas compras; comprar a sua vestimenta; comprar uma cadeira de rodas para um filho paralítico; comprar remédios, este Parlamento seria completamente diferente.

Eu concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato (Aparte) - Eu gostaria apenas de fazer uma rápida colocação.

Durante o período que aqui estivemos, em dois mandatos de 8 anos, e ao iniciarmos a terceira legislatura, praticamente há 60 e poucos dias, eu confesso a Vossa

Excelência que estou preocupado. Eu nunca vi tanta gente a procura de nosso gabinete, sou testemunha também do gabinete de Vossa Excelência, e quero acreditar que de todos os demais Deputados. O desespero que bate à porta do gabinete dos Deputados. É a questão da procura de emprego, é a questão do estudante que quer se salvar da situação que estamos vivendo através de um curso superior.

Infelizmente as condições financeiras deixam a desejar.

Eu entendo que a Assembléia Legislativa não seria responsável de salvar todos os problemas cruciais que estamos vivendo neste momento.

Mas poderia amenizar grande parte.

Nós somos às vezes pichados, criticados pela imprensa em relação aos nossos subsídios e verbas de assistência social. E eu convido toda a imprensa do Paraná a participar comigo, a minha vivência no meu gabinete e atendimento social que fazemos a nossa região que representamos.

Agora, a responsabilidade disso, ilustre Deputado Alborphetti, ela não fica para nós. Este é um vício que se criou no passado nesta Casa, quando os interesses eleitorais falavam mais alto e começaram a praticar o vício do paternalismo pelo interesse do voto. E a Assembléia Legislativa do Paraná passou apenas a legislar 20% aos seus legisladores e 80% cabe a nós a fazer assistência social no Paraná. Nós poderíamos ir muito longe, mas o horário já se esgota.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Geraldo Cartário (Aparte) - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Só queria enfatizar que realmente no Governo Álvaro Dias Vossa Excelência como Deputado acabou de dizer que foi contemplado com atendimento.

A nossa preocupação é que não há nenhum Deputado alijado do processo. Todos os Deputados aqui são iguais. E esse projeto tem a finalidade de dar o direito, não a nós Deputados, ao Prefeito, ao Vereador, mas dando o direito ao cidadão para que ele, através de um lei estadual, tenha o direito assegurado por nós, que somos os seus representantes máximos aqui, a que se dirijam ao posto de saúde lá em Capanema, ou qualquer ponto deste Estado, onde já existe o posto de saúde, e receba um tratamento digno.

E há de haver o Lions Club, Rotary Club, na cidade que conheça esta lei. E caso o cidadão não seja atendido, que um advogado seja o advogado desse cidadão para obter esse direito e que nós Deputados vamos lhe oferecer.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Se é paternalismo, eu continuo fazendo. Se baterem à minha porta eu vou continuar atendendo, porque quem paga o meu salário é o povo do Paraná e eu só tenho que dar satisfações ao povo que me elegeu.

Se acontecer que haja neste Estado um projeto que realmente a família paranaense tenha condições de chegar lá e exigir os seus direitos nesse estabelecimento que o Governo instalar, exigir a sua cadeira, o seu aparelho de surdez, o remédio, o internamento, uma operação, eu apóio.

Ontem eu tive que arrumar gel para um médico me fazer, um aparelho que eles usam para...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a Mesa tem sido bastante democrática, pede ao companheiro que entenda e que encerre o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - ...então, ontem, eu tive que procurar com uns amigos aí, gel que se fizesse, eu tenho um aparelho no hospital para fazer um tipo de exame no ventre das senhoras que estão grávidas. Agora, se eu tenho que procurar isso para conseguir que essas senhoras façam esses exames, é brincadeira. Então, eu acho que nós temos que ter um órgão do Governo que realmente atenda, não os Deputados, atenda a família pobre, miserável do Estado do Paraná e quiçá de todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o PTB.

(Declina)

PL com a palavra.

(Declina)

PT com a palavra.

Com a palavra, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - O nobre Deputado Alborghetti me solicitou cinco minutos mais do tempo, eu acredito que, ouvindo atentamente o pronunciamento dele, ele chegou à raiz do problema com essa discussão das verbas de assistência social. A raiz do nosso problema chama-se, Deputado Alborghetti, Governo Collor, o problema está no salário, no desemprego, na recessão e na fome, é daí que nascem os pedintes, que nasce a prostituição, que nasce a violência, é a raiz de tudo. Então, eu quero convocar, convidar o Deputado Luiz Carlos Alborghetti a participar conosco no dia 15 de março agora, quando vamos fazer um dia nacional de protesto contra a recessão e a fome, exatamente no primeiro

ano do Governo Collor. Tenho certeza que Vossa Excelência está profundamente arrependido por ter trabalhado e permitido a eleição desse cidadão para o mandante maior da nossa Pátria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, amanhã se vira uma página na história do Paraná, uma página negra, um livro de quatro anos, muitas páginas ocultas, rasgadas, e a gente observa o seguinte: A grande obra do Governo Álvaro Dias no nosso Estado, foi nesse implante maciço de casinhas de boneca por aí, placas; todavia, este implante de casinhas e placas nem por isso deixou o Paraná menos calvo do que é.

Eu tenho ouvido tanto a palavra verdadeira, que eu chego a pensar se não seria a hora de nós tentarmos inverter o sentido dessa expressão. Quando ouço a palavra verdade, logo em seguida nós temos uma grande mentira. Vejam: Foi sustentada uma farsa de quatro anos neste Estado, quatro anos, uma farsa sustentada por cinco bilhões de cruzeiros anuais, destinada a dizer a todo o Paraná, a todo o Brasil, que este Estado era o exemplo da moralidade. É isso, Senhores. Eu lembro do meu pai que dizia que toda pessoa que é honesta, não precisa dizer que é honesta, as pessoas hão de reconhecer; aqueles que se esforçam tanto, gastam tanto para provar que são honestos, nós temos que desconfiar deles.

Vejamos o que o nosso Governador legou-nos nesses quatro anos de mandato. O povo do Paraná certamente se lembrará sempre do apoio e empenho do nosso Governador para obter mais um ano de Governo Sarney. Todos nós aqui sabemos o que significou aquele ano a mais para Sarney. Significou tanto que abriu o caminho do desespero, abriu a confusão ideológica e permitiu até que uma praga de Alagoas se espalhasse pela nossa Pátria. Esse mesmo Governador que enquanto se jogava o destino da nossa Nação, ficou em cima do muro. Disse recentemente que até votou nulo na eleição presidencial.

Vejam as pesquisas que se publica neste Estado. O Governador Álvaro Dias dentre suas obras, todas destinadas a reestabelecer a verdade e moralidade, acabou por desmoralizar os institutos de pesquisa deste Estado.

O que nós temos como grande marca do Governo Álvaro Dias, além das casinhas de boneca, além das placas espalhadas pelo Paraná, nós temos aqui o Tribunal do Juri, uma obra inacabada; nós temos a duplicação da rodovia que vai a Joinville, que hoje se perde na erosão, a mesma erosão que levou o dinheiro dos cofres públicos por água abaixo. Esse mesmo Governador que anuncia a Maria Fumaça, e dizem aí que há fogo por onde passar a Maria Fumaça. Esse Governo ficou conhecido na área de educa-



ção, não pelo atendimento, pela melhoria dos serviços, mas por palavras como "sainel", por concorrências fraudulentas, licitações, é isso que fica do programa de saúde na memória de todos nós.

A educação, palavra que está na boca de todos nós, consenso nacional. Esse País precisa iniciar um processo de investimento do capital maior que nós temos, que é o nosso povo, esse investimento passa pela educação.

O que está registrado na história do Paraná com relação a educação? As cacetadas, as bombas de gás lacrimogênio, denunciando que a liberdade do nosso povo continua adiada. Digo liberdade sim, porque o povo que não tem acesso às informações, que não consegue formar uma consciência crítica, entender o seu mundo, a sua realidade, ele é escravo, nós sabemos disso perfeitamente. A liberdade, por obra e graça do ilustre Governador, continua adiada ainda mais neste Estado.

Diz com toda pompa que o Governo deixou as contas em dia. Veja bem, Senhor Presidente, é muito simples deixar as contas em dia: pega-se o salário do servidor, divide-se em seis pedaços, paga-se um; aí você estará pagando em dia o salário do servidor, essas são as contas em dia. Em dia, certo, ressarcidos estão os empregadores, nem que para isso nós tenhamos que liquidar o BADEP, nem que para isso nós tenhamos que emitir letras do Tesouro Estadual, mas os empregadores saem satisfeitos. Tão satisfeitos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que enquanto se espalhavam rodovias pelo Paraná, ia-se afinando a grossura das rodovias, em vez de três camadas, duas, uma camada; ao mesmo tempo que se afinam as rodovias, se engordam os bolsos e os cofres das empreiteiras neste Estado.

Senhor Presidente, para finalizar. Eu vi nesta peça publicitária, esse réquiem do Governo Álvaro Dias, uma frase que diz assim: "É na hora da colheita que se conhece a mão do sementeiro". Eu não pude deixar de imaginar e, talvez, elaborar uma outra frase que sintetiza esta despedida do nosso Governador. Eu diria que é na hora da retirada do Palácio Iguazu, quando ele passará por aquele tapete vermelho se despedindo do poder, é que vai começar a desenrolar o "rabo" do Governo, é que vamos ter o tamanho e a noção dos danos causados a este Estado, quando não mais terão cinco bilhões de cruzeiros por ano tirados do cofre do BANESTADO, talvez nós vamos ter a exata dimensão, a verdade histórica. Esta é que vai marcar e ficar definitivamente. Nós vamos saber.

Eu espero, para encerrar Senhor Presidente, que o nosso futuro Governador entre e tome um rumo diferente, para o bem de

todos nós, para o bem até da atividade política e da democracia. Chega de mentiras! Vamos aos fatos!

E eu também quero fazer aqui um último apelo, eu estive refletindo e quero fazer uma auto crítica, Senhor Presidente. Eu quero pedir ao Governador que reveja a sua posição de não mais aceitar aquela aposentadoria do IPC que ele estava recebendo: aceite essa aposentadoria, coloque um pijama, um chinelo e fique em casa, por favor, pelo bem do Paraná. Para os cofres públicos será muito melhor e será muito melhor para o Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Horário das Lideranças.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nilton César Servo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Antes da Ordem do Dia, a Mesa quer informar aos Senhores Deputados, com relação ao dia de amanhã:

As 09:25 horas - honras militares ao Presidente da Assembléia Legislativa, com a presença dos Senhores Deputados Estaduais, em frente ao edifício do plenário, na rampa de acesso a este plenário.

09:50 horas - abertura da Sessão Solene de Posse dos Senhores Governador e vice-Governador do Estado do Paraná.

09:55 horas - chegada do Governador e vice-Governador.

10:00 horas - início da Sessão Solene de Posse.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 62/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 39/89), que autoriza aquele Poder a alienar aos seus ocupantes os lotes n. 1 a 7 da subdivisão do lote n° 162-A da colônia Zacarias de Góes, integrantes da reserva de Santo Inácio, situado no município de Santo Inácio. Com pareceres favoráveis da C.C.J., C.C.E., C.T.I.C. e C.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 395, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 396, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Senhor Presidente, leia por favor, o conteúdo deste processo para tomarmos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - (Lê requerimento.)

Requerimentos n.ºs 405, 403, 402, 401 e 400, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 391 e 392, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 385, 386 e 387, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 370, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legisla-

tiva.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, antes de encerrarmos esta sessão, pretendemos, em nosso nome particular e da nossa Bancada, o PMDB, e tenho certeza, em nome de todos os demais Parlamentares que ainda não se manifestaram a respeito, desejar as boas-vindas aos Deputados José Tavares e João Preis, da mesma forma que nesta semana, na semana passada já desejamos as boas-vindas ao Deputado Nilton Servo, que conosco irão, neste Parlamento, buscar no dia-a-dia as soluções ou pelo menos o encaminhamento dos problemas vivenciados pelo povo do Paraná.

Ao Deputado José Tavares que por algum tempo já esteve nesta Casa, depois foi para Brasília, agora retorna, a certeza de que juntos poderemos realmente fazer um bom trabalho nesta Casa. Ao Deputado João Preis que já teve a oportunidade, também, em Maringá, na condição de Secretário da Indústria e Comércio, desenvolver ações em favor do setor público, temos convicção de que da mesma forma irá somar forças conosco.

Ao Deputado Caíto e Deputado Djalma que licenciados a partir de hoje se encontram para ocuparem a partir de amanhã funções no Executivo Estadual, votos de pleno êxito em suas atividades porque o sucesso de ambos, com toda a certeza, será creditado também a este Parlamento, porque daqui eles saíram para o Executivo e lá com toda a certeza, ao terem sucesso, estarão engrandecendo este Plenário.

Da mesma forma os cumprimentos e também aproveitamos para registrar a presença do nosso colega Deputado Federal, José Felinto, que já comparece a este Parlamento na condição de Deputado Federal empossado, na vaga do Deputado Homero Oguido, que da mesma forma deixou este Parlamento para a Câmara Federal e de lá hoje é chamado para cumprir suas obrigações em favor do Paraná na Secretaria de Desenvolvimento. Também queremos desejar pleno êxito no exercício desse novo mandato.

Eu agradeço a atenção da Mesa e quero realmente, em meu nome e dos Deputados do PMDB, e de todos aqui presentes acreditar que os novos Parlamentares que aqui chegam irão trabalhar como aqueles que aqui estavam, e aqueles que irão para as funções executivas somente irão engrandecer este Parlamento porque quando aqui estiveram engrandeceram esta Casa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, a Bancada do Partido Liberal também se sente muito feliz por receber a partir de hoje a presença de dois ilustres Deputados que representam a

Região Norte do Paraná, Deputado José Tavares e Deputado João Preis, que muito haverão de fazer pelo Poder Legislativo. São homens de capacidade, homens públicos que já demonstraram um grande interesse pelo Paraná, pelas suas coisas, pela sua gente, de modo que este Parlamento se enriquece com a presença de dois novos Deputados e que haverão de formar, com os demais Deputados, um conjunto que servirá para atender os interesses do nosso Estado.

As nossas boas vindas aos ilustres Senhores Deputados.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, inicialmente eu quero fazer um pedido de esclarecimento à Mesa se o Setor de Divulgação da Assembléia que distribui os "releases" encaminhados pela Assessoria de Imprensa tem alguma autorização ou determinação para suprimir alguns, ou se tem alguma determinação para fazer censura prévia e suprimir do Setor de Divulgação alguns "releases". Eu gostaria de saber, então, se há esta determinação ou autorização.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Absolutamente. Não há nenhuma censura a nenhuma matéria que passe pelo Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - Então, eu quero comunicar aqui a Vossa Excelência, e tenho certeza que irá tomar sérias e duras providências porque a Bancada do Partido dos Trabalhadores está sendo vítima de uma censura prévia a alguns "releases" encaminhados ao Setor de Divulgação.

Eu quero dar esta informação a Vossa Excelência. Desconhecemos o responsável por essas atitudes, todavia é algo inconstitucional e inadmissível, ainda mais nesta Casa que é um dos pilares e sustentáculos maiores do regime democrático e, por consequência do direito constitucional à livre informação e à manifestação e expressão.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa vai tomar as providências.

Lembramos mais uma vez que a sessão de amanhã, de posse, está marcada para o horário das 10 horas, mas com a convocação aos Senhores Parlamentares para as 9:25 horas para as honras militares ao Presidente da Assembléia na rampa defronte ao

plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão solene para sexta-feira, dia 15 às 10:00 horas, para posse do Senhor Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Marca ainda uma sessão ordinária, para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 148/90,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 359/89.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 182/90,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 546/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 004/91,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 554/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 005/91,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 536/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 010/91,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 040/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 013/91,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 539/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 015/91,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 580/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 019/91,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 621/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 024/91,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 644/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 027/91,  
Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 573/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 21/91  
e do Projeto de Resolução n° 15/91.

Levanta-se a sessão.